



UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

SANDY FERREIRA ALVES

**O LUGAR DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR:
ASPECTOS DE DEBATE PARA FOMENTAR O ELO ENTRE O ACESSO, A
PERMANÊNCIA E O ÊXITO NA EDUCAÇÃO**

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2021

SANDY FERREIRA ALVES

**O LUGAR DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR:
ASPECTOS DE DEBATE PARA FOMENTAR O ELO ENTRE O ACESSO, A
PERMANÊNCIA E O ÊXITO NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2021

SANDY FERREIRA ALVES

**O LUGAR DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR:
ASPECTOS DE DEBATE PARA FOMENTAR O ELO ENTRE O ACESSO, A
PERMANÊNCIA E O ÊXITO NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite

Data de aprovação: ___/___/___

Banca Examinadora

Profa. Esp. Esp. Cecília Bezerra Leite
Orientador (a)

Prof.(a).
Examinador(a) 1

Prof.(a).
Examinador(a) 2

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2021

“Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Selma Ferreira Alves, por ser a minha fonte de inspiração e fortaleza. A minha instrutora do verbo amar!
Ao meu amado avô Antônio Alves de Sales (in memoriam), a quem sempre se doou para que todos os seus entes pudessem ter o melhor, o pilar da conhecida “família dos Zezé”. O meu professor da vida!”

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta jornada, nunca estive sozinha, sempre vivenciei ao lado de pessoas que corroboraram para comigo, a seu modo, seja em uma palavra instigadora, em um consolo, e até mesmo na realização desta pesquisa. Por esse motivo, agradeço notadamente à:

Deus, por ser meu direcionamento, e por me permitir vivenciar esta experiência única e por consentir que ao decorrer da caminhada eu não fraquejasse à ponto de desistir desta realização pessoal e profissional. A Ele a honra, à glória e o louvor!

Meus pais, que nunca soltaram a minha mão, agradeço de todo o coração por cada incentivo, investimento e amor.

Minhas irmãs, que sempre serviram de base, e por sempre estarem ao meu lado em toda e qualquer situação.

Ao meu noivo, que é um dos principais instigadores para minha formação, com ênfase nesta reta final da graduação de ensino superior. Minha gratidão repleta de amor.

Ao EJC, aos meus amigos e demais familiares, que sempre me acolhem com amor e estima.

As minhas colegas de graduação, em especial à Mylena, Daiana, Cailane e Kananda, por tamanhas partilhas e principalmente experiências.

As professoras Jacsa e Jamille Vieira, por contribuírem na metodologia de articulação teoria e prática, no processo de estágio supervisionado, vocês são inspirações enquanto pessoas e profissionais.

A minha estimada orientadora de conclusão de curso Cecília Bezerra Leite, por compreender os desafios que circundam o processo de construção de uma pesquisa, e a minha orientadora complementar Kate Miranda, vocês foram essenciais para com esse estudo. Vocês são profissionais estimuladoras!

E de modo especial, agradeço ao curso de Serviço Social da UNILEÃO, pelo compromisso com seus discentes e por me possibilitarem meios para um olhar crítico e sensível com a realidade social. Ensejo exercer esta profissão com ética, compromisso e com o mesmo fervor ao qual durante a graduação sempre visualizei no olhar, na fala ou no agir dos profissionais de Serviço Social (coordenação de curso, professores (as) e convidados), ao qual cruzaram meus caminhos durante esses quatro anos.

“(...) Não abandone o seu futuro
Dê duro, lute por ele (Resista, resista)
Não abandone o seu destino
Só o ensino te leva lá (Resista) (...)”

(Carlinhos Brown)

RESUMO

Este estudo enfoca sobre a inserção do Assistente Social no contexto escolar e como a atuação profissional contribui nesse espaço visando um êxito na educação. Dessa forma, considera-se discutir a importância do Assistente Social no contexto escolar, entendendo que este faz-se necessário conhecer a conjuntura em que se debruça a história da educação no Brasil, sendo relevante compreender como o contexto escolar em meio a uma sociedade capitalista torna-se alvo de múltiplas expressões da questão social de modo a pontuar as contribuições da atuação do Assistente Social na realidade escolar. Para tanto, se fundamenta na pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa com caráter descritiva para apreensão dos elementos pertinentes ao tema, obtendo os resultados que evidenciam a necessidade e a importância da atuação profissional do Serviço Social inserido no contexto escolar, visto que em meio a uma conjuntura capitalista, este implica rebatimentos nas relações que estão no envolver do processo. O Assistente Social neste processo, é um profissional que contribui para a transformação e a emancipação social dos sujeitos.

Palavras-chave: Assistente Social, Contexto Escolar, Educação, Capitalismo, Questão Social, Serviço Social, Contribuições.

ABSTRACT

This study focuses on the insertion of the Social Worker in the school context and how professional performance contributes in this space towards a success in education. In this way, it is considered to discuss the importance of the Social Worker in the school context, understanding that it is necessary to know the situation in which the history of education in Brazil is focused, and it is relevant to understand how the school context in the midst of a capitalist society it becomes the target of multiple expressions of the social issue in order to point out the contributions of the Social Worker's performance in the school reality. Therefore, the present study is based on bibliographical research, with a qualitative approach with a descriptive character, to apprehend the elements relevant to the theme. Obtaining the results that show the need and importance of the professional performance of Social Work within the school context, since in the midst of a capitalist situation this implies repercussions in the relationships involved in the process. And the Social Worker in this process is a professional who contributes to the transformation and social emancipation of subjects.

Keywords: Social Worker, School Context, Education, Capitalism, Social Issue, Social Work, Contributions.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Pesquisa e Serviço Social

CEP – Código de Ética Profissional

CF88 – Constituição Federal de 1988

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

FUNDEB – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PEP – Projeto Ético-Político

PNE – Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FRENTE AO CONTEXTO BRASILEIRO: UM AMBIENTE CIRCUNSCRITO DE INTERESSES	
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM CONCISO ITINERÁRIO	12
1.2 O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA APÓS A DINÂMICA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	16
CAPITULO II - O PROCESSO DE ENSINO FRENTE AO PARADIGMA DO SISTEMA CAPITALISTA: ESCOPO DE MÚLTIPLAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	25
2.1 A INFLUÊNCIA DO SISTEMA CAPITALISTA NA REALIDADE SOCIAL E SEUS REBATIMENTOS NO PROCESSO DE ENSINO	25
2.2 O CONTEXTO ESCOLAR MARCADO POR EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL MEDIANTE O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	31
CAPÍTULO III - AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A REALIDADE DO CONTEXTO ESCOLAR: UMA INSERÇÃO NECESSÁRIA ...	36
3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	36
3.2 SISTEMA DESIGUAL, RELAÇÕES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	40
3.3 SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO EFETIVA.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

Introduzir-se-á este estudo visando compreender a profissão de Serviço Social como sendo fundamental no processo educativo, tendo como centralidade, o lugar do assistente social no contexto escolar: aspectos de debate para fomentar o elo entre o acesso, a permanência e o êxito na educação. Explanando que, este atua nas mediações das relações sociais e institucionais; e é agente contributivo para a legitimação dos direitos sociais, para a construção de uma cidadania plena, tendo por base a realidade e as vivências sociais, a qual os alunos e as suas famílias encontram-se.

Mediante o exposto, pretende-se nesse estudo analisar a problemática ao qual propõe-se este estudo, que circunda em apreender a importância do Serviço Social frente ao contexto escolar e como este enquanto profissão legitimada contribui nesse meio. Justifica-se a este, uma indagação de fator pessoal, de fomentar o debate acerca da relevância do Assistente Social enquanto profissão imprescindível para com a realidade escolar.

Contudo, faz-se necessário captar elementos que possibilitem a apreensão da conjuntura histórica da educação, bem como o seu debruçar diante a sociedade capitalista em um meio circunscrito de interesses e como o/a Assistente Social pode contribuir e atuar mediante este processo. Diante disto, o estudo tem por objeto de indagação, a atuação do Serviço Social na Política Educacional e como este tem o seu exercício profissional direcionado para a materialização de direitos. Assumindo assim, uma ação que contempla as relações na comunidade escolar (alunos-funcionários-família-sociedade).

Para realização deste estudo, utilizou-se da abordagem metodológica qualitativa, pois esta abordagem nos permite uma interpretação da realidade social e para adensar a discursão e apreender a pauta a que refere-se este estudo, também o procedimento de ordem bibliográfica de caráter descritivo. Esta mostrou-se relevante por proporcionar melhor compreensão acerca do tema abordado, e por apresentar contribuições importantes para construção dessa pesquisa, por meio de diferentes autores que apontam o Serviço Social e suas especificidades no âmbito a que se propõe esse estudo.

À visto disso, partindo das informações coletadas através do meio de pesquisa supracitado, destacaremos as contribuições de autores conforme as suas temáticas. Para compreensão do processo de ensino e seu contexto histórico utilizou-se de aportes teóricos de Aranha; Palma Filho e Ribeiro. Em subsequência para apreensão de como ocorreu a mudança do modo de produção e como este repercutiu no panorama social, que sob o viés capitalista o Estado torna-se mínimo para as políticas sociais, de modo a expressar os interesses do projeto

burguês, usufrui-se de materiais dos seguintes autores, Bonetti; Netto; Romanelli; Faria Filho; Nunes; Souza; Singer e Manacorda.

Para aprofundar a discussão, buscou-se nos autores (as), Iamamoto; Pastorini; Bezerra; Silva; Meirelles e Marx, sustentação para a retratação de como esses ideais do sistema capitalista ressoa nas relações sociais e expressão o antagonismo entre as classes (questão social). Por conseguinte, vislumbrando albergar os rebatimentos das contradições sociais no âmbito educacional, sendo que este torna-se escopo das questões sociais, discute assim os seguintes autores, Saviani; Bastos; Cortês; Bordieu; Azevedo e Freire.

Acrescido a estes apontamentos, destaca-se as contribuições do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Código de Ética Profissional (1993) que rege e orienta o fazer profissional do Assistente Social; Netto e Martins. A partir destes, discutir-se-á sobre a inserção do Serviço social na Educação, bem como as contribuições e atribuições enquanto profissão para o contexto escolar e, como este apresenta-se como qualificado para atuar neste espaço, visto o compromisso ético e político da profissão.

Desse modo, a presente pesquisa almeja vislumbrar e evidenciar a relevância do Assistente Social na Educação, como imprescindível no processo de construção sócio educativa, objetivando maior alcance de impactos positivos nas relações que estão no envolver deste processo (dentro do espaço escolar, como também, extramuros), propiciando uma amenização das altas expressões da Questão Social e que assim possa contribuir para a efetividade de direitos.

CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FRENTE AO CONTEXTO BRASILEIRO: UM AMBIENTE CIRCUNSCRITO DE INTERESSES

“[...] Eles não querem em nosso país pessoas críticas não. Eles só querem o povo todo na palma da mão.”

(Cronic Band)

Neste capítulo desvela-se a conjuntura histórica na qual a educação teve seu desenvolver no cenário brasileiro, empregado como mecanismo afim de atender os interesses da camada dominante. Este desenvolvimento, desde o período colonial que a educação é utilizada como meio de modelo ideal e hegemônico, seguindo esse molde, as instituições escolares no Brasil constituíram um fenômeno restrito a pequenos grupos.

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM CONCISO ITINERÁRIO

A história da educação no território brasileiro teve seu início no período colonial, com a advinda da família real portuguesa. Neste momento, viu-se a necessidade de fundar um plano de ensino adaptado a realidade local e aos interesses da coroa, deste modo contou-se com o auxílio dos Jesuítas, pois estes correspondiam às exigências necessárias para adequação da população local (indígenas) as culturas, méritos e religião dos europeus, através do ensino (ler e escrever), afim de tornar possível a conversa, para que o objetivo de perpetuar a mão-de-obra escravocrata e difundir a religião católica, fosse firmado.

Os padres jesuítas exerciam forte influência na sociedade, principalmente burguesa. Tinham a concepção de educação e de ações direcionadas para a concretização do fortalecimento das classes privilegiadas, e da evangelização. Visto isso, encontraram nos nativos do “novo mundo”, uma forma de alicerçar as suas tão defendidas premissas. Quanto aos nativos:

[...] Não possuindo Fé, nem Lei, nem Rei, vivendo ‘desordenadamente’. Essa suposição de uma ausência linguística e de ‘ordem’ revela, um tanto avant la lettre, o ideal de colonização trazidos pelas autoridades portuguesas: superar a ‘desordem’, fazendo obedecer a um Rei, difundindo uma Fé e fixando uma Lei. (GANDOVA, Apud VILLALTA, 2002, p.332).

A educação neste cenário apresentado pelos autores, por meio das atuações da ordem jesuíta, difundiu um caráter de ideal escravista (exploração de uma classe sobre a outra), bases da cultura europeia (como estilo de vida e costumes) e domínio por base da religião. Tudo isso, para que os habitantes desta terra recém “descoberta” se engendrassem em um caminho dito como “normal” e necessário para o pleno desenvolvimento territorial e humano.

Mediante a isto, Azevedo (1978) observa que os professores jesuítas tinham a educação como meio de instrução, principalmente para crianças e adolescente, pois estes, eram considerados mais suscetíveis aos ensinamentos, e para que a instrução pudesse atender aos tão almejados objetivos da ordem jesuíta (evangelização), era necessário que os nativos soubessem ler e escrever, pois assim, compreenderiam melhor a civilização europeia.

Os jesuítas utilizavam um documento que possuía um caráter de método pedagógico chamado ao Ratio Studiorum¹, onde neste estavam prescritos as bases e ordens que

¹ Segundo Sanguis “Os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla ‘rede’ de escolas elementares e colégios como o fizeram de modo muito organizado e

contemplavam todos os sujeitos envolvidos do processo educativo, cada um tinha e deveria cumprir o seu papel nesse método. Sob o espectro de Saviani (2010), era uma ideiação de modo universalista e elitista que por fim foi voltado mais para os filhos dos portugueses do que aos índios.

Desta forma, esse modelo de ensino-aprendizagem com bases jesuítas foi perpetuado por cerca de duzentos anos e quando passa a não mais atender aos interesses da coroa portuguesa, a Igreja é expulsa das bases educacionais de ensino, pelo Marquês de Pombal (primeiro ministro português), por volta de 1759. Alguns dos motivos da expulsão foi que, a religião de cunho católico estava solidificando suas bases e possuindo poder de influência sobre a população, e também, eram contra a mão-de-obra escrava dos indígenas. Após essa retirada do poder educacional da Igreja, o Estado passa a assumir; deste modo evidencia-se a educação voltada para e pelo Estado.

Ribeiro ressalta (1993) que não houve muitas mudanças, pois, mesmo com a substituição da instituição que estava à frente do processo de ensino, o método pedagógico continuou com o caráter disciplinatório e com a educação direcionada para atender a interesses, neste caso, aos do Estado.

Segundo Haidar, com a expulsão dos jesuítas e instauração das reformas pombalinas, buscou-se: “[...] criar a escola útil aos fins do estado, e nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa.” (HAIDAR, 1973, p. 38 apud PILLETI, 1991, p. 36).

Em resposta a supressão das escolas jesuítas, o Marquês de Pombal criou as Aulas Régias² (para Portugal e suas províncias), que possibilitou o ensino do Latim e de outras línguas. Contudo, como observa Bello (1992), com a reforma pombalina houve-se uma grande ruptura no sistema que estava consolidado há anos (modelo jesuíta). Acerca deste, Ribeiro (1998) destaca dois pontos de vista sobre os modelos educacionais, essa nova organização do ensino português é considerada um retrocesso se vista sob o aspecto pedagógico e um progresso na medida em que estabeleceu novas metodologias e a admissão de novos livros. Foi neste período evidenciou-se uma grande difusão do livro como agente de cultura

contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima”. (SANGENIS, 2004, p.93)

² Aulas Régias constituíam-se no estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado e não mais restritas à Igreja, isto é, foi a primeira forma de ensino público no Brasil (CARDOSO, 2004)

Destaca-se também que, foi nesta época sob a premissa do desmonte do sistema jesuíta que o Estado passou a assumir pela primeira vez na história os encargos referentes a educação, passando a ter um sistema educacional como sendo de responsabilidade do Estado, e têm-se o que se caracteriza hoje de ensino público.

Ao propor as reformas, foram criadas várias escolas e reformadas as existentes com o intuito de dominar e “organizar” as classes sociais, havia dois tipos de escolas, uma para os nobres e outra direcionada aos plebeus. Evidencia-se neste momento uma política educacional que reforça a segregação entre classes, privilegiando a classe que possuía maior poder aquisitivo e um “lugar” de prestígio na sociedade imperial.

Através da reforma pombalina pretendia-se que as escolas tivessem condições de acompanhar as transformações que estavam ocorrendo naquele momento. Porém este modelo apresentou algumas falhas, como: as aulas eram isoladas, não tinha-se um conhecimento contínuo, as práticas de ensino eram inadequadas e devido ao contexto político e econômico (recursos orçamentários insuficientes), este modelo tendeu ao fracasso, principalmente com a vinda da família real para o Brasil -1908.

Com a chegada da família real ao Brasil, evidencia-se que esta apresentou o início de um período de muitas mudanças, momento este caracterizado como Período Joanino³ (1908-1921). Ressalta-se que, dentre as mudanças ocorridas neste período, especifica-se que no âmbito da educação está veio a tomar novos rumos com a vinda da família real portuguesa.

Contudo, esse novo caminho trilhado no sistema educacional só foi possível, pois Dom João necessitava de profissionais que suprissem os requerimentos da corte, visto isso, criou-se os primeiros cursos de nível superior na colônia, como explicita Fernando Azevedo em sua obra “A Cultura Brasileira”: “Sobre as ruínas do velho sistema colonial, limitou-se D. João VI a criar escolas especiais, montadas com o fim de satisfazer o mais depressa possível e com menos despesas a tal ou qual necessidade do meio a que se transportou a corte portuguesa.” (AZEVEDO, 1964, p. 562)

Visto isso, Azevedo (1964) continua mencionando que afim de atender a essas necessidades alguns setores profissionais foram criados como: academia militar, marinha e médicos. Nesta fase, era preciso que a mão-de-obra estivesse apta para o artifício e não seres críticos, dessa forma, entende-se a educação nesse contexto como mero formadores de ações executivas.

³ O chamado **Período Joanino**, que se estende de 1808 a 1821, compreende uma fase de transição na história do Brasil. Este período é marcado com a vinda do então príncipe regente **D. João**, sua comitiva e a Família Real Portuguesa para o Brasil.

Formavam-se “Doutores”, alargava-se o campo educacional e definia-se um fortalecimento da pirâmide social na educação. O sistema educacional brasileiro, constituía-se como excludente, pois apenas os que tinham oportunidades eram homens que compunham a alta sociedade, as mulheres eram permitidas somente o ensino a ler, escrever e instruções para o lar, quanto aos negros, estes eram proibidos de frequentar o ambiente escolar. Souza (1998), dialoga sobre a seletividade de acesso as instituições de ensino da época:

Outro aspecto importante diz respeito à diversidade de grupos sociais atendidos nesses estabelecimentos, o que denota a extensão do atendimento da escola pública a vários setores sociais. Acesso seletivo, entretanto, voltado para alguns setores, isto é, aqueles mais bem integrados na sociedade urbana e mantendo excluídos os trabalhadores subalternos, os negros, os pobres, os miseráveis. Em relação à raça negra, todos os documentos oficiais omitem esse dado. Tal omissão expressa a existência de um problema social que era preferível desconsiderar. (SOUZA, 1998, p.112).

Fica evidente através das contribuições do autor que o sistema educacional se restringe a um determinado grupo social, tornando-se um setor seletivo e que existe uma certa ausência de uma política inclusiva, que expressa a marginalização do sistema frente a dita “minoría” da sociedade. Para Nunes (2008, p. 111), “a entrada nesses modelos de educação era um meio de garantir ascensão social, o ensino representava o símbolo da classe dominante, a permanência da educação acadêmica elitista e prestigiada, em detrimento a educação popular, à qual não se conferia importância.”

Foi somente a partir da Constituinte de 1823, que se começou a debate sobre educação pública e a criação de universidades no Brasil, esta trazia a ideia de um “sistema nacional de educação” e prescrevia no Art. 179 “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, porém esta lei ficou à mercê dos governantes, que não se tinha um consenso, bem como da iniciativa privada, que lucravam com o ensino particular. Esta situação perdurou até 1834 com o Ato Adicional, que proporcionou uma descentralização da educação por parte do governo, deixando as províncias o direito e o dever de prover o ensino primário e secundário⁴.

O ensino como sendo de responsabilidade das províncias não teve muitas mudanças, pois a educação não era vista como prioridade e havia uma dessimetria regional, o que impossibilitava um desenvolvimento pleno e equiparado no âmbito educacional.

Ao que tudo indica, muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população. Aos limites políticos e culturais relacionados a uma sociedade escravista, autoritária e profundamente desigual, já amplamente discutido pela historiografia, é sempre necessário considerar

⁴ Segundo Silva, “educação secundária significa a fase do processo educativo que corresponde à adolescência, assim como a educação primária corresponde à educação da criança.” (SILVA, 1969, p. 19).

a baixíssima capacidade de investimentos das províncias (FARIA FILHO, 2000, p. 145).

Concorda-se com Faria Filho, pois nessa perspectiva observa-se um ensino raso e sem possibilidade de expansão, reforçando o ideal de uma educação elitizada. Porém, havia uma grande quantidade de alunos em fase de conclusão do ensino, e é somente no período de término do Império por volta de 1889, que se viu a necessidade de possibilitar a continuidade nos estudos, através da expansão do ensino técnico e superior, e foi no momento de transição do período Imperial para o Republicano, que a necessidade de expansão do sistema educacional, torna-se um debate mais assíduo.

Este período ficou marcado pela ideação de um sistema de ensino inovador e reformulador, contudo, como afirma ROMANELLI (1978, p. 42), “a classe conservadora apreendeu este novo método como uma arma ideológica para a formação de um pensamento crítico para a juventude, e mais uma vez não se obteve apoio das elites e o Estado não ofertava infraestrutura adequada para a instalação de instituições de ensino.”

Em correlação com o autor, compreende-se que mais uma vez, os resultados foram desanimadores. Destaca-se neste meio, que mesmo surgindo propostas atraentes não havia nada de real na educação brasileira, fazendo com que os atos educacionais continuassem rasos e desconectados com um sistema de educação efetivo e com qualidade, tudo isso por tratar-se de uma perspectiva que por não atender aos interesses da classe dominante não passou de uma mera ideação, resultando em mais um empecilho ao desenvolvimento do sistema educacional brasileiro.

Caracteriza-se o ensino neste período como dualizado, pois de um lado tinha-se uma educação de qualidade destinada a elite e do outro um ensino precário, voltado para as classes populares. Este fator contribuiu para um ensino precarizado e descentralizado, pois não era todas as províncias que apresentavam as mesmas condições econômicas para oferta de um ensino público o que favoreceu a abertura de ensino privado mais consistente no Brasil.

1.2 O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA APÓS A DINÂMICA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Após a transitoriedade do período Imperial para o Republicano observa-se um pequeno progresso no que tange aos avanços no âmbito educacional, destaca-se como marco neste processo, bem como no período Republicano, a inclusão do sistema educacional no plano de governo, criação de escolas e expansão da rede pública de ensino.

Sob este contexto, Ribeiro (1981, p. 152) destaca que, a democratização educacional no Brasil iniciou-se neste período Republicano, pois foi através da criação das escolas públicas que se permitiu a inclusão e a efetivação da educação como direito, visto que, o ensino manifestava-se de forma desigual o que fortalecia a estratificação social, pois os que tinham acesso a este era tão somente a elite, uma vez que o ensino era ofertado no modo privado, e a massa não tinha acesso.

Mesmo com tantas transformações ocorridas no período Republicano, é no cenário da Revolução Industrial que se têm uma mudança mais expressiva na educação brasileira. Pois é com o advento da Revolução Industrial que se caracteriza o âmbito educacional com uma nova “roupagem”.

Antes de engendrar no contexto mais expressivo que se refere a Revolução Industrial, destaca-se que no primeiro momento para exercer algum tipo de atividade que exigisse a força de trabalho este não seria necessário possuir nenhum tipo de escolaridade, neste momento fazia-se necessário tão somente observar, aprender e executar algum tipo de conhecimento específico perpassado de geração para geração.

Foi apenas no século XVIII, que se observa uma modificação mais significativa no panorama da educação, sendo espelho do mundo do trabalho. É neste período que a indústria mecanizada ganha espaço no cenário brasileiro, sendo está bem aceita, pois era uma forma de se ter menos trabalhadores na fábrica, otimizar o tempo, aumentar a produtividade e assim poder lucrar mais. As relações no envolver deste processo, abarca os proprietários do capital e os proprietários da força de trabalho, sendo este um fator substancial para o desenvolvimento do capital.

Acerca do desenvolvimento deste segmento industrial, Marx (2003) ressalta:

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem, mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta a sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores. (MARX, 2003, p. 503).

Evidencia-se que segundo o autor, neste artifício de extensão da indústria, os donos do meio de produção crescem e o trabalhador é deixado em segundo plano. Neste processo o proletário perde a sua autonomia e o seu afazer torna-se limitado a somente executar uma função, controlar uma máquina, e tal limitação proporciona uma desqualificação da mão-de-obra e torna o trabalho mecanizado, apto a executar somente aquilo que lhe foi designado, caracterizando-se como uma alienação no meio produtivo.

É somente no século XIX, que se observa profundas alterações que propiciaram ao setor industrial uma expansão, tudo isto devido ao incentivo a fontes de conhecimento e na educação, neste período as teorias de Ford⁵ e Taylor⁶ foram fundamentais para o avanço do modo de produção. De acordo com Singer (1983):

[...] o ensino científico foi transformado em função das necessidades do novo modo de produção. [...] O extraordinário desenvolvimento das forças produtivas alcançado pelo capitalismo industrial resulta tanto do fomento da atividade científica como da estreita interligação dos laboratórios com as fábricas, estas recebendo, com rapidez, os resultados das pesquisas e os aplicando à produção [...] (SINGER,1983, p.21) **(grifo nosso)**

Corroborar-se com as contribuições do autor, pois como evidencia-se o avanço tecnológico só foi possível através de incentivos a educação, contudo, está só foi tangível devido a necessidade de atender a uma demanda crescente advinda do capital. Sob este aspecto, destaca-se que novamente a educação foi tratada como mecanismo de atendimento a interesses, pois neste caso, a escola foi versada como meio necessário para o preparo da mão-de-obra, ou seja, a característica essencial da escola nesse período era tornar os sujeitos aptos para atuarem no mercado de trabalho. Nesta qualificação da mão-de-obra têm-se o que chamamos de uma educação de modelo profissional, apresentando-se com um caráter tecnicista.

Para Bourdieu (1975), em meio a este cenário a escola seria apenas uma reprodutora das desigualdades sociais, além de repassar valores impostos pela burguesia, isto é, perpassar a hierarquia tão defendida para a época (detentores dos meios de produção e os detentores da mão-de-obra), o indivíduo compreendendo o seu lugar no processo de trabalho, ele estaria apto a engendrar neste mercado de trabalho.

É somente no final do século XIX que se tornou necessária a expansão do ensino, pois neste momento enveredasse ir além do mínimo saber ler, escrever e contar, sendo obrigatória uma instrução institucionalizada. Romanelli (1998) analisa:

[...] os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. [...] as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. [...] o capitalismo industrial engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. Ampliar a área social de atuação

⁵ O fordismo trata-se de uma grande inovação em relação a outras teorias, pois foi esta a responsável pela introdução de linhas de montagens, na qual o operário era responsável apenas por uma atividade e objetiva-se a produção máxima.

⁶ A teoria de Taylor também é conhecida como Taylorismo ou Administração Científica, este é um modo de organização do processo produtivo criado por Frederick Winslow Taylor no final do século XIX, em meio aos desdobramentos da Revolução Industrial.

do sistema capitalista industrial é condição de sobrevivência deste. [...] isso é possível na medida em que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. (ROMANELLI, 1998 p.59) (Grifo nosso)

Em concernência com o autor, compreende-se que foi a partir da expansão da grande indústria que passou-se a demandar que o sistema de ensino tivesse algumas alterações, posto isto, galgaram a organizar as escolas primárias afim de ofertar condições mínimas para que esses sujeitos pudessem atuar no mercado de trabalho com o intuito de acompanharem as mudanças, e as características históricas (principalmente no meio produtivo).

Destaca-se ainda em anuência com o professor Antônio Ribeiro Romanelli que está “oferta” em um ensino mais adequado não foi para atender uma demanda advinda das classes trabalhadoras para um melhoramento da educação e sim, para atender ao sistema que estava em pleno desenvolvimento. Capitalismo: “eu oferto, mas tudo isso, é para minha expansão.”. Um simples exemplo, mas representa o que de fato o que se observa da época e como bem ressaltou o autor Romanelli.

Apesar de todo contexto circunscrito de interesses é com a expansão da Revolução Industrial que se têm uma Revolução Educacional, porque com a mudança do modo de produção usa-se a escola como transmissor de conhecimentos e técnicas correspondentes a nova divisão social e técnica do trabalho, nesse momento surge a necessidade de oferta de um mínimo de conhecimento que pudesse auxiliar no processo expansionista do capital industrial. Nesse cenário, têm-se a expansão da educação para a camada mais empobrecida da sociedade, porém não com a mesma qualidade que era ofertada para a classe mais elitizada.

A sociedade por muito tempo teve uma educação destinada para poucos, ou seja, para a classe elitizada, bem como destaca-se uma diferenciação no repasse do ensino. Para a classe dominante tinha-se uma educação formadora, direcionada para o ensino da ciência, e para a classe subalterna esta era oferta a instrução de atividades braçais e noções mínimas voltadas a estas atividades. O Filósofo Manacorda (2010) reitera que: “Apenas com a Revolução Industrial, surge o fato verdadeiramente novo de estruturar-se também a formação do produtor como ‘escola’ ou lugar dos jovens, de cuja organização se ocupam não mais determinadas classes, mas toda a sociedade civil, por meio do Estado.” (MANACORDA, 2010, p. 132).

Mesmo diante da modernização na escola, reafirma-se o citado anteriormente, as desigualdades educacionais ainda perpetuavam-se, pois, a finalidade do ensino permanecia distinta, reforçando o papel social de cada indivíduo presente no envolver do processo e reafirmando a pirâmide social: classe elitizada (detemos meios produtivos e bem como, neste

caso, o saber) e classe trabalhadora (detentora da força de trabalho), sendo esta última primordial para reforçar através do conhecimento mínimo ofertado o fortalecimento e legitimação da classe anterior (burguesa).

Avançando um pouco no tempo, desloca-se até o século XX, por volta de 1920, onde observa-se que a educação pouco avançou, tendo neste período uma ênfase a um singelo movimento em prol do combate ao analfabetismo, organizado por renomados professores, e estes promoveram um impulso ao movimento renovador no âmbito educacional.

Elenca-se também a este contexto que foi um período de evidente aumento considerável de pauperismo acentuado, devido a diversas crises que o Governo vinha vivenciando – destaca-se à exemplo a primeira guerra mundial⁷. Neste cenário, percebe-se uma alta nos índices de analfabetismo, falta de investimentos, ausência de uma capacitação eficaz e contínua nos professores e legislações que legitimassem este espaço como sendo democrático e de direito.

Já na década de 1930, observa-se um fator histórico que direciona novos rumos para a sociedade; este fator foi a destituição do poder de Washington Luís, com o conhecido Golpe de 1930 ou Revolução de 1930⁸, neste período houve-se um movimento político organizado para que houve-se a tomada do poder e ascensão de Getúlio Vargas a presidência do país.

Vinculando esta década a anterior através da mobilização dos professores, na busca de administrar e idealizar novas práticas de ensino, foi criado mediante o governo do então presidente Getúlio Vargas, o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiando esta pasta estava o Francisco Luís da Silva de Campos, conhecido como, Francisco Campos. Por meio deste Ministério procurou-se desenvolver a educação em nível nacional, buscando a inclusão popular.

Com a Constituição de 1934, evidencia-se esse compromisso traçado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, no Capítulo II (Art. 149), especifica-se que a educação é direito de todos e deve ser fornecida, pela família e pelos domínios públicos, de forma que viessem a

⁷ A **Primeira Guerra Mundial** é considerado um marco na história da humanidade. Está guerra ocorreu no século XX (1914 a 1918), neste cenário teve-se a mobilização de todas as nações que estavam no envolver desta trágica guerra, bem como os seus recursos para auxiliar o combate. Esta foi resultado das transformações que aconteciam na Europa, as quais fizeram diferentes nações entrar em choque. Ressalta-se a este que, mesmo os países que não estavam envolvidos diretamente com a guerra foram afetados de algum modo, seja financeiro, no âmbito social ou político.

⁸ A Revolução de 1930 ou Golpe de 30, teve o seu escopo no dia 3 de outubro de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas e do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis; estes tinham como objetivo central a derrubada do governo que até o momento era comandada pelo Presidente Washington Luís, bem como, impedir que Júlio Prestes tomasse posse do governo, sendo este, eleito presidente da República em 1º de março. O movimento encabeçado por Vargas e pelo tenente-coronel Pedro tornou-se bem-sucedido, em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório do Brasil em 3 de novembro do mesmo ano

propiciar um acréscimo eficaz e efetivo na vida do cidadão, e que possibilitassem o desenvolvimento de um espírito brasileiro através de uma consciência solidária.

Pela primeira vez em uma Constituição Nacional, têm-se a educação como direito elevado e garantido pelo poder público; este configura-se como sendo a primeira vez em que o estado toma para si a responsabilidade de administrar e promover subsídios para o desenvolvimento da educação de toda nação.

Mesmo diante de tantos avanços, cabe ressaltar que, este período foi marcado por diversas controvérsias no âmbito educacional, acerca deste cita-se a exemplo a aproximação do então presidente Vargas com a Igreja, porém com essa aproximação o presidente já sinalizava uma abertura da mesma para intervir em alguns setores da sociedade, bem como nas políticas, neste caso a educação, que está atrelada a gênese do sistema educacional da educação.

Vargas contava fortemente com o apoio do Clero, sob este apontamento, Ribeiro (2009) ressalta alguns apontamentos evidenciados no Segundo Capítulo da Constituição de 1934, sendo este campo de contraditoriedade, no papel e na atuação, elencava-se uma representatividade da descentralização e com bases renovadoras, porém apresentava pontos fundamentais que objetivavam a reorganização do ensino religioso nas escolas, de tal modo que este abriu mão do ensino laico, o que facilitou a interferência do catolicismo no ensino. É diante deste panorama contraditório, que se enfatiza, a Constituição de 1934 permaneceu em vigor por apenas três anos.

Este meio de cidadania garantida pela União durou pouco tempo, e apesar de sua pouca duração Ribeiro (2009) observa que:

A Constituição de 1934 foi um marco, por representar grande avanço e conquistas do povo brasileiro no campo educacional, fazendo com que os Estados impulsionssem seus sistemas de ensino, por meio de suas constituições estaduais. [...] Assistimos à luta entre o dever ser e o ser, entre os avanços legislativos – mesmo em patamar constitucional – e o imobilismo social em prol do privilégio das elites dominantes. Também denotou-se o poder político a serviço de interesses econômicos e o governo federal espraiando seus domínios para além do razoável e necessário, por meio do controle das verbas públicas. (RIBEIRO, 2009, p. 194-195)

Mesmo diante a grande conquista explanada pelo autor, esta constituição adentra em decadência, e posteriormente têm-se uma outra Constituição outorgada pelo mesmo presidente, Getúlio Vargas; e esta configurou-se como legítima no ano de 1937. O objetivo marcante desta nova constituinte era o preparo dos trabalhadores para atender à demanda crescente da economia brasileira, um sistema educacional profissional e que possibilitou a instituição do ensino público e privado. Compreende-se como supletiva no tocante a Constituição anterior, e

em alguns pontos apresenta-se como fator de retrocesso, no que tange a educação, pois está nos remota aos princípios da educação imperial no Brasil, cujo ensino direciona-se a profissionalização e com incentivos ao ensino dual público e privado.

Segundo o supracitado acerca do contexto histórico, o professor José Cardoso Palma Filho (2010, p.71) explana que, “enquanto a Constituição de 1934 fomentou a educação pública e gratuita, a Constituição de 1937, supervalorizou o ensino particular, de modo a acentuar a diferenciação entre as camadas sociais”. Completa-se a este que está década foi marcada por muitos fatores históricos, principalmente pela visível ideologia educacional trabalhista que configurou em uma divisão no sistema de ensino.

Em meio a tantos marcos históricos, debruça-se até 1945, período que se registra a derrocada de Getúlio Vargas do poder no Brasil, fim do conhecido Estado Novo. Passa a governar o País o General Eurico Gaspar Dutra, e imediatamente aprovando uma nova Constituinte a de 1946.

Nesta nova Constituição Federal, como Saviani (2005) elucida, pretendeu-se elaborar leis que regulassem o ensino, apresentando formas e embasamentos para o desenvolvimento da educação a nível nacional. Por isso criou-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no ano de 1961 - lei 4.024/61 e aplicou-se o Método Paulo Freire⁹ (estes são considerados dos marcos fundamentais neste período). Sobre a LDB, o filósofo e pedagogo Saviani (2005), elucida que esta propiciou: “[...] que, mediante aproveitamento de estudos, os alunos pudessem se transferir de um ramo a outro do ensino médio e, após concluir qualquer ramo desse nível de ensino, viessem a ter acesso, por meio do exame vestibular, a qualquer curso de nível superior” (SAVIANI, 2005, p. 6).

Como destaca o autor, esta nova lei representou um avanço no sistema educacional, pois através de sua regulamentação foi possibilitado o acesso ao nível superior, visto que este era de acesso restrito a elite, ou seja, mediante a isto, destaca-se o início pela universalidade e institucionalização do direito no campo educacional. Ressalta-se que este só foi possível pois esta nova lei foi norteadada tendo por base a liberdade de ensino, declarando a educação como um direito do cidadão, porém o Estado neste momento se ausenta de suas responsabilidades de provê o acesso a este e deixa a cargo de iniciativas privadas. Observa-se na LDB de 1961 no

⁹ Para Brandão (1981), O Método de Ensino de Paulo Freire incide numa forma direcionada para adultos e sua alfabetização, sendo este desenvolvida pelo educador. No ano de 1962 o diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife, criticava o sistema tradicional que utilizava cartilhas como instrumento principal da didática para o ensino da leitura e da escrita. Este método foi comprovado como eficaz e o anterior visto como ineficaz considerando-se o sistema atual de alfabetização,

art. 3º que a educação é obrigação do poder público e que a iniciativa particular têm liberdade para ministrar o ensino em todos os níveis, de acordo com a forma de lei em vigor.

Contudo, cabe salientar que mesmo diante de um panorama favorável a expansão da educação, ainda se observa percalços e o Site Memórias da Ditadura auxilia nesta compreensão: “Seu caráter elitista era evidente nos mecanismos de seleção: para o ingresso no secundário era preciso passar pelo exame de admissão, particularmente exigente na escola pública, pois as vagas eram escassas e concorridas”. (MEMÓRIA DA DITADURA, s/a, s/p).

Por meio deste, conjectura-se dizer que a massa populacional fica a margem deste novo método, pois com esses novos organismos, observa-se a representatividade de uma forma seletiva, que favorece o que puderam usufruir de um ensino de qualidade.

Infelizmente no ano de 1964, têm-se a instauração do Golpe Militar e o campo da educação passa por uma cristalização. Com o advento da Ditadura têm-se um cenário com profundas transformações, ressalta-se que estas não foram muito cômodas a ampliação do sistema educacional no Brasil. Mediante este, Aranha (2005, p.212) contribui explanando que: “[...] mas uma vez foi atacado o setor de ensino, pelo “Decreto-lei nº. 477 que proibia aos professores, alunos e funcionários das escolas toda e qualquer manifestação de caráter político”. Infelizmente, este era a forma de tratamento que a educação tinha no período militar (repreensivo, controlador e enquadrador).

Já em 1971, têm-se a reformulação das Diretrizes e Bases da Educação, sendo aprovada a Lei nº 5.692, conhecida como a nova LDB, que visava propor aos estudantes uma educação que possibilitasse um desenvolvimento de suas potencialidades e determinava que o ensino do 1º e 2º grau fosse ministrado em português; em complemento a este, a lei do mesmo ano no art.1º vem dispor sobre uma formação necessária para a qualificação do trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Esta lei representa um marco evolutivo pois é através desta que evidencia-se elementos construtivos em direção a uma educação ideal que pudesse despertar certas capacidades do indivíduo, porém destaca-se que esta reformulação na lei surgiu a partir de uma demanda do governo, pois para que o país desenvolvesse era necessário atribuir ao educando uma perspectiva mesmo que com um crescente ajustamento favorável ao desenvolvimento do país.

Na década subsequente, tem-se o marco que configura como garantidor de direitos de todos os cidadãos, a Constituição Federal de 1988 (CF 88), também denominada Constituição Cidadã, ressalta-se que esta encontra-se em vigor até os dias atuais e apresenta a contemplação e modificação em diversos direitos, de forma que venha a legitimá-los.

Nesta nova Constituição (1988) prescreve-se a educação como sendo: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, s/p)

Em complemento com o artigo citado acima da CF88, Aranha (1996, p. 223) salienta que a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ensino fundamental obrigatório e gratuito, e a valorização do profissional de ensino foram as principais mudanças evidenciadas a partir da constituinte.”. É neste cenário de tantos avanços que debruçasse um novo projeto de Lei sobre as Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96, atual LDB, está em consonância com CF88 ofertou as bases para que a educação fosse ofertada com qualidade visando uma formação crítica e cidadã.

Esta constituição também estabelece o Plano Nacional de Ensino (PNE), e Saviani (2005, p.9) adiciona: “O novo Plano Nacional de Educação foi instituído pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Pode-se, pois, considerar que, com esse ato se completa o ciclo da política educacional brasileira no século XX”. Acrescenta-se que este tem por objetivo: “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação [...]” (BRASIL, 2012, p.57).

Neste novo plano, preconiza-se buscar a erradicação do analfabetismo, universalizar o ensino, bem como, oferta-lo com melhoria e qualidade, uma qualificação voltada para o mercado de trabalho e instituição de metas para utilização de recursos públicos na educação (BRASIL, 2012). Ressalva-se que, a PNE emerge como um fenômeno que possibilitou a erradicação do analfabetismo, pois foi por meio desta que a classe menos favorecida passou a ter acesso a uma educação plena e efetiva, dado que, como elencando anteriormente, a educação era elitizada, ou seja, utilizada como meio de segregação e fortalecimento da divisão social, pois os que tinham acesso a esta eram apenas a classe burguesa.

Mediante os pontos supracitados evidencia-se que esta lei, orienta a formulação dos currículos do sistema de educação, bem como, estrutura-se e reestrutura-se de acordo com o contexto histórico em que se inseri, acompanhando as exigências das relações sociais, do modo produtivo, do mundo do trabalho e do desempenho das atuações dos sujeitos no envolver do processo. Contudo, faz-se necessário destacar que, no âmbito educacional têm-se fatores particulares (seres, instituições e poderes), e que como observado no discorrido neste estudo, torna-se espaço de disputa de interesses.

CAPITULO II - O PROCESSO DE ENSINO FRENTE AO PARADIGMA DO SISTEMA CAPITALISTA: ESCOPO DE MÚLTIPLAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

“Os professores são maltratados e julgados sem razão e os alunos só querem curtir e zuar de montão; as disciplinas não tem nenhuma fundamentação.”

(Cronic Band)

Os apontamentos apresentados neste capítulo circundam o contexto envolvendo o capitalismo situado na realidade social, bem como os rebatimentos nas políticas sociais, em especial na política educacional. Assinala-se a educação inscrita em um cenário de vivências, relações, instituições e poderes, e como este é afetado diretamente mediante ao paradigma do sistema capitalista.

Em meio as instâncias capitalistas depara-se com um sistema educacional direcionado para atender aos interesses da hegemonia capitalista, com uma perspectiva ideológica focada ao mundo do trabalho. O processo de ensino inserido neste meio é compreendido como alvo das contradições deste sistema, expressando múltiplas formas da Questão Social.

2.1 A INFLUÊNCIA DO SISTEMA CAPITALISTA NA REALIDADE SOCIAL E SEUS REBATIMENTOS NO PROCESSO DE ENSINO

É partindo do pressuposto que a realidade social é um processo dinâmico e que se têm elementos sociais, como: sujeitos, comunidade e até mesmo o modo econômico de produção (este por sua vez destaca-se como modo social também, pois integra o processo de desenvolvimento humano, social e cultural), que se estende as conjecturas que serão discutidas sobre a influência do sistema capitalista na sociedade e como estendesse ao processo de ensino.

Acerca deste exposto, debate-se a emersão do sistema capitalista com o declínio do sistema feudal e como este aos poucos legitima-se na estrutura social. A priori o capitalismo destaca-se no meio de produção, depois acopla-se a estrutura religiosa (até então considerada a autarquia da sociedade. Ressalta-se que este foi no início da sociedade capitalista) e a demais na realidade da sociedade.

Ao reportar-se à origem do capitalismo compreende-se que esse foi desencadeado pelos burgos, os comerciantes, e de sua constante necessidade de expansão e de geração de lucro, a priori com a troca de mercadorias e posteriormente instituída uma moeda. Acerca deste, Marx

(2013) instituí que esse processo de circulação de mercadorias, com forma o dinheiro na ação final, é a primeira manifestação do capital.

Desta forma compreende-se que a partir da captação da mercadoria com valor monetário, no final do século XV, têm-se a gênese do capitalismo. Complementa-se que nesse sistema tudo é possível de transformar-se em mercadoria, até mesmo o trabalhador, através da venda da sua força de trabalho. Outorga-se com Marx (2013), sobre essa mercadoria peculiar:

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (LIMA, 2020, apud MARX, 2013, p.180).

Ressalta-se que por versar-se de mercadoria viva que é a força de trabalho humana, está só é possível de ser vendida e conseqüentemente comprada se fizer referência ao exercício livre, por vontade do mesmo. Dispondo da sua força de trabalho em troca do salário em um determinado tempo (jornada de trabalho), caso contrário compreende-se como mão-de-obra escravocrata, o que descarta as subjetividades do ser humano e o trata como mera mercadoria.

Neste meio compreende-se que o trabalhador/proletariado e o capitalista/burguês firmam uma parceria, onde um é responsável pela venda de sua força de trabalho e o outro é responsável pela compra, destarte que nessa relação o burguês tende a lucrar mais, pois o valor pago pela mão-de-obra é ínfimo e este gera excedente.

Esse modelo de produção é marcado pelo antagonismo entre essas duas classes sociais. Sobre isso Bezerra destaca:

A burguesia é a classe dos donos das fábricas, das fazendas, das minas, do grande comércio, dos bancos etc. Enfim, são os proprietários particulares dos meios de produção, isto é, são os donos do capital. Por isso se chamam capitalistas. Estes meios de produção constituem um capital, porque são utilizados dentro de uma relação de exploração [...] O proletariado é a classe dos que, não sendo proprietários dos meios de produção, só possuem como propriedade sua força de trabalho, que eles vendem por certo tempo à burguesia, em troca de um salário. (BEZERRA, 2012, s/p)

Destarte, mesmo havendo uma relação entre estas duas classes, as mesmas apresentam interesses diferentes que são inconciliáveis, uma vez que existe uma ascensão social de uma classe sobre a outra por meio de exploração. Deste modo têm-se o acirramento das injustiças e desigualdades na sociedade, percebe-se o enriquecimento de uma minoria e o agravamento da pobreza da maioria.

Essa dinâmica propicia a classe dominante a detenção de grande parte da riqueza socialmente produzida, enquanto a classe proletária lhe é ofertado o mínimo, apenas para

subsistência. Segundo o livro Pais Estagnado da OXFAM (2018), que elencou alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2018, cerca de 1% dos mais ricos no país ganharam mais de 72 vezes que a metade da população considerada mais empobrecida.

A partir desses dados pode-se evidenciar a concentração de riquezas e a marginalização de uma parcela da sociedade que ficam abaixo da linha da pobreza. A má distribuição de renda perpassa o âmbito econômico e enfraquece a sociedade e os sujeitos, desencadeando um agravamento dos impactos na realidade social.

Segundo Marx (1917), é na concentração do capital que se têm o processo de desenvolvimento do capitalismo e extenso agrupamento do socialmente produzido nas mãos de poucos (individuais) e o cerceamento do estilo de vida de muitos. Ao passo que se têm a centralização de riquezas, têm-se a exasperação das desigualdades sociais; observa-se uma ausência de políticas públicas que visem o enfrentamento dessas situações de afligem a sociedade, bem como falta de interesse da classe dominante para que essa realidade possa ser transformada.

Essa é uma realidade que sempre foi muito presente no Brasil, desde o processo de colonização, porém houve um acirramento com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, visto que este, potencializa a economia global, porém retrocede diversos pontos da sociedade (disparidade social, aumento da pauperização etc.). Sobre isso, a Doutora em Serviço Social Giselle Ávila Leal Meirelles (2015) destaca que:

Uma das determinações básicas do modo de produção capitalista, ou seja, a pauperização e a desigualdade social, entendidas como fenômenos clássicos e orgânicos à acumulação do capital. Saliente-se que são categorias de análise distintas, mas dado o pressuposto que nas relações sociais de produção capitalistas, a pobreza e a desigualdade são fenômenos derivados dos níveis de concentração de renda e de propriedade, não há como desmembrá-las e, portanto, coexistem como fenômenos imanentes à exploração capitalista. (MEIRELLES, 2015, p. 4)

Em complemento com as contribuições da professora Meirelles, salienta-se que esse modo de produção capitalista, sendo um sistema que afirma e acirra as contradições sociais a partir da busca por poder e concentração de fortunas, observa-se um elemento fundamental para o seu desenvolvimento, que é a manutenção da ordem social, bem como, a exploração de uma classe sobre a outra, sendo este um ciclo orgânico à acumulação do capital. Compreende-se que é no envolver desta relação que o capitalista pressupõe a sua manutenção no topo da pirâmide social.

É nesse contexto de disparidades sociais e de uma tentativa do capital de manter a ordem social que se destaca a desigualdade de acesso a diversas políticas públicas, principalmente à política educacional, com uma perspectiva que vise a emancipação, inclusão e a efetivação de direitos sociais, sendo assim, instrumento de transformação social, que transcenda os limites tão somente preparatórios para o mundo do trabalho.

Azevedo fez uma importante definição sobre políticas públicas, o que auxilia sobre a melhor compreensão acerca deste assunto para adentrarmos nesse universo que haja vista é para ser de acesso a toda a população e de exercício da democracia, seguindo o preceito que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (AZEVEDO, 2003, p. 38).

Através da contribuição do autor, evidencia-se que não é a população que faz a política, muito menos as implementam. Entretanto, a sociedade civil deve agir e organizar-se de forma coletiva para que sejam debatidas decisões coletivas que se façam vantajosas para todos. Por mais que o governo diversas vezes apresente ações que não sejam favoráveis para toda a população, com a organização social e uma consciência de classe pressiona-se os governantes para que o bem até então defendido por todos, seja efetivado.

Ao pormenorizar a política pública, têm-se como uma das principais, a política pública educacional, está por sua vez tem um foco exclusivo para a educação, essa em específico caracteriza-se por todo aprendizado na sociabilidade – espaços religiosos, comunidade, família e a própria instituição de ensino, visto que o ensino esta intrinsecamente relacionado com a observação, vivência e repetição.

Ao tratar-se de política pública educacional, está se restringe ao ambiente escolar, e é possível de articular todas as instituições que estão no envolver deste processo. Essas políticas educacionais inferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem, envolvendo questões como: formação de um pensamento crítico ou acrítico, preparo para o mercado do trabalho, valores e ideais. É nessa perspectiva que se aborda a importância de políticas públicas educacionais direcionadas para os interesses da massa e que proporcione um “leque de possibilidades” para os que dela fazem uso, como: superação de situações conflituosas, desenvolvimento intelectual e surgimento de novas possibilidades para a vida do sujeito.

Para Saviani, “a compreensão do sistema educacional brasileiro exige que não se perca de vista a totalidade social da qual ela faz parte” (MORAIS, Bastos, 2017 apud SAVIANI, 1987). Como se vê, é possível identificar que deve haver uma nítida interface entre o sistema educacional com a realidade social, visto que, a educação é reflexo das circunstâncias

cotidianas, uma vez que seus conceitos e práticas são formuladas e reformuladas a partir do cenário político, econômico e social.

O direito a educação encontra-se dentro de um rol de direitos humanos fundamentais, é amparado pela legislação brasileira, e é um dos principais fundantes para o desenvolvimento do ser humano, intelectualmente e socialmente, de forma coletiva e individual. Este direito compreende as particularidades dos sujeitos, promovendo a inclusão, igualdade e respeito às diversidades. A educação configura-se como essencial para a materialização do exercício cidadão, à medida que, proporciona a emancipação e fornece conhecimento ao sujeito, o que se torna difícil de ser alcançado quando esta não é acessível a todos.

É somente com a aprovação da Constituição Federal de 1988 (capítulo III art. 205), como elencado no capítulo anterior, que foi possível a ampliação do direito a educação e de modo particular destaca-se a possibilidade de descentralização das políticas, o que permitiu uma forma de se fazer e planejar a política educacional de forma mais aproximada com a realidade local.

O professor e doutor em educação Lucídio Bianchetti define esse processo de descentralização como, “a descentralização ao nível educativo supõe, por um lado, a transferência das instituições nacionais aos estados e municípios e, por outro lado, a decisão de fornecer subsídio do Estado à educação privada” (BIANCHETTI, 1997, p. 102).

Esse processo na política educacional como articula o professor supracitado, compreende como um método de transferência de responsabilidades e de decisões por parte do governo federal para municípios e estados, sendo estes passíveis de organização e reorganização do sistema educacional, bem como propõe incentivos ao ensino particular e é capaz de acolher as demandas mais vulneráveis através do ensino público. Desta forma, tem-se o intuito de aprimorar a política educacional e ser capaz de atender a toda população de modo mais efetivo.

Este artifício de descentralização configura-se em um processo democrático, pois é a partir deste que torna-se possível a tomada de decisões por parte dos governantes tendo por base a participação da sociedade civil organizada, uma vez que este permite proximidade com a realidade local e assim uma atuação mais eficaz e participativa.

Representa-se como outro avanço advindo a partir da CF 88 no sistema educacional, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou de 1997 a 2006, o FUNDEB está em vigor desde 2007, e apresenta como principal avanço em relação ao

FUNDEF, a ampliação de abrangência para além do ensino fundamental, fazendo-se presente em toda a educação básica (tudo que antecede o ensino superior).

Este, caracteriza-se como importante compromisso com a educação, pois têm-se um avanço significativo quanto aos recursos investidos nessa política, a medida em que se propõem uma sistematização na distribuição dos recursos, nessa repartição de recursos é levada em consideração as regiões e os seus índices sociais e econômicos, para que seja direcionado os recursos, com o intuito de que se tenha uma padronização dos investimentos para cada educando.

Alguns senadores brasileiros¹⁰ se posicionam sobre a efetividade e importância do FUNDEF para a educação do país. Cita-se a exemplo o posicionamento do Senador Randolfe Rodrigues¹¹, destacou que o novo FUNDEF tem a capacidade de revolucionar a educação no país. Entre outros que explanaram que esta forma de financiamento não favorece tão somente a alunos, mas toda a rede educacional. O senador expôs sua fala durante uma sessão ordinária da Câmara dos Senadores em 2020.

Mediante a construção de um sistema com diversos avanços e investimentos na área educacional, depara-se com um “cenário obscuro”, que pelos ideais neoliberais é tido como processo de mercantilização (utilizada pelo e para o mercado), onde têm-se modificações substanciais (explosão da globalização, redução de investimentos e fortalecimento da segregação social) no processo evolutivo da educação. Destaca-se que este o neoliberalismo, preconiza o corte de gastos e conseqüentemente implica em uma imposição da continuidade de políticas já implementadas. No tocante a estes preceitos neoliberais, José Paulo Netto (2016) dialoga que, essa atual ideologia defende o Estado mínimo e que têm seus interesses direcionados para maximização do capital e para o projeto burguês.

Diante das contribuições do autor a respeito do neoliberalismo, compreende-se esse processo neoliberal como corrosivo a conquistas democráticas, visto que seu intuito volta-se tão somente para o acúmulo do capital e apresenta imposições as políticas sociais derivadas de lutas sociais, este pensamento reacionário visa a diminuição de investimentos no tocante a política educacional, ao invés de aprimora-lo. Ressalta-se: “O processo histórico da política de financiamento da educação pública brasileira vem se constituindo numa das estratégias do

¹⁰ Fonte: Agência Senado

¹¹ O senador Randolph Frederich Rodrigues Alves, mais conhecido como Randolfe Rodrigues, é um professor e político brasileiro atualmente filiado a Rede Sustentabilidade, e líder da oposição ao governo Bolsonaro no Senado Federal.

Estado Neoliberal na descentralização da gestão e dos recursos na área educacional, sem ampliação dos recursos que atendam uma expansão da Educação Básica com qualidade.” (MARTINS e CARDOZO, 2016, p. 16)

Corroborar-se com as contribuições das autoras, pois a medida em que não se tem a ampliação dos recursos necessários para a expansão da política, depara-se com um quadro educacional deteriorado, com redução do valor per capita por estudante, salários de profissionais atrasados, professores pouco valorizados e falta de incentivo para atividades que instiguem a permanência dos educandos neste espaço. Estes são alguns dos reflexos ocasionados devido os cortes de ordem neoliberal na política educacional.

Reitera-se que por meio deste cenário, compreende-se que o Estado tem se mostrado mínimo quando se trata da destinação de recursos públicos para a política de educação e que esse processo engendrado em um contexto de capitalismo neoliberal tem agravado o processo de oferta e acesso ao sistema de ensino educacional com efetiva qualidade. Destarte, essa forma de prática e administração que envolve a descentralização do serviço e do financiamento a que se concebe esse processo perpassa os muros institucionais da escola, adentrando no contexto social e familiar dos envolvidos no processo.

2.2 O CONTEXTO ESCOLAR MARCADO POR EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL MEDIANTE O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O modo de produção vigente no Brasil, o capitalismo, como observado anteriormente engendra-se em todos os âmbitos da sociedade e ao longo dos anos tem sofrido intensas mudanças que implicam na dinâmica social. O processo acumulativo tem intensificado o cenário econômico e agravado as situações de desigualdade social, exclusão e a pauperização da classe majoritária (em quantitativo), estes fenômenos configuram-se como expressões da Questão Social.

Segundo Yamamoto (2010, p. 125), a “questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e ‘exclusão social’”, a autora destaca que essa questão social é reflexo de um capitalismo engendrado na sociedade madura, que exalta o trabalho e que infelizmente banaliza o ser humano, pois este é quem gera o capital, através da sua força de trabalho, e é posto a sua subjetividade de escanteio, como destaca a autora, é um processo alienador.

Com as diversas crises sofridas pelo sistema capitalista, toda a realidade social têm se metamorfoseando de acordo com a dinâmica do capitalismo. A autora supracitada (2010) corrobora dizendo que a questão social assume “novas roupagens”. Entende-se que nesse

processo definido pela mesma, as relações perpassam o estigma do capital X trabalho, esvaindo-se para as relações sociais e institucionais e conseqüentemente novas formas de manifestação.

Acerca deste Pastorini (2007) ressalta:

As manifestações concretas e imediatas da questão social têm como contraface a lei geral da acumulação capitalista desenvolvida por Marx em *O capital*. Ou seja, as principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrentes das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. (PASTORINI, 2007, p.97) (Grifo da autora)

Completa-se a este, as contribuições de Iamamoto (2001):

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

A partir das contribuições das duas autoras compreende-se que a questão social tem sua gênese acoplada ao sistema capitalista e é inerente a este. Quanto ao capitalismo, este têm o seu processo acumulativo que sobrepõem barreiras humanas e territoriais, manifesta-se de diferentes formas, mas com um único objetivo, acumular riqueza, este é o responsável por gerar e manter as diversas expressões da questão social.

Entendendo os fatores em que se gesta a questão social no sistema econômico e social vigente, bem como as conotações de expropriações que este impõem; debruça-se para compreender como este faz-se presente na sociedade e tem rebatimentos na instituição escolar, entendendo que o capitalismo reconfigura-se cotidianamente e que têm necessidade de expansionismo.

Sob a égide do capital neoliberal muitas das ações governamentais são concentradas e direcionadas para o viés político-econômico, consentindo que a esfera educacional fique a margem das prioridades governamentais, o que conflui diretamente nas relações com o meio social, pois a medida em que fortalece a ideologia neoliberal, agrava o cenário de desigualdades sociais e por sua vez rebate na comunidade escolar, desenvolvendo fortes influências no modelo educacional brasileiro, como: organização do método pedagógico, formação de profissionais e construção de um pensamento ideo-político.

A respeito destas influências a autora Cortês (2019) afirma que a precarização do ensino afeta diretamente o processo educacional e as ações pedagógicas, o que reafirma uma perspectiva de política pública mínima e reprodução social. Desta forma, entende-se que, o

ensino vêm sendo direcionado para uma perspectiva curricular, mas que está desarticulada de um viés desenvolvimentista crítico, político e social.

Compreende-se que as escolas compõem parte da totalidade da sociedade; assim sendo, ao expandir a promoção da camada popular ao universo escolar, as expressões da questão social são desvendadas com maior proeminência nesse ambiente e interferem de maneira direta na condição de permanência e sucesso desses estudantes, bem como na oferta de um ensino de qualidade, o que impacta diretamente a realidade social ao qual este educando e sua família fazem parte.

Neste cenário a escola encontra-se em meio a um paradigma, atender as requisições do universo capitalista e confrontar as expressões da questão social advindas deste modo econômico, uma vez que, a priori o intuito era formar novos perfis profissionais e a outra, que a escola é uma instituição que adentra a realidade social e apresenta sujeitos de vivências diversas e que é um espaço de sociabilidade – alunos, professores, demais profissionais e suas famílias, e por isso neste meio torna-se um espaço marcado por múltiplas expressões da questão social.

Para o capitalismo a educação configura-se como uma importante instituição para a sua funcionalidade, através da efetivação e garantia da supremacia do mesmo, visando reprimir formas de intimidações que rompessem com a ordem social e tentar instaurar a ordem indispensável à reprodução do capital, a fim de assegurar a hierarquia social e a disciplina necessária para a sua vigência.

O capital acredita que é, através da educação, que se é possível a formação de novos perfis de trabalhadores para se adaptarem às novas exigências deste. No cenário atual, exige-se que o profissional tenha mais conhecimentos, saiba comunicar-se adequadamente, trabalhe em grupo, adapte-se as conjunturas e seja propositivo, e desta forma seja funcional ao processo de valorização do capital (BASTOS, 2005).

Embora o capital acredite nisto, o mesmo não possibilita um acesso facilitado as instituições de ensino para a classe popular, pois uma pessoa intelectual não é bem quista para o capital. Ele só capacita à medida que o favorece. Para o capital, a classe proletária não deve ser instruída adequadamente, deve receber apenas uma educação paliativa, ou seja, alienante, tudo isso para que não venha a questionar o seu status de vivência social, que não venha a indagar os preceitos defendidos pelo grande capital e assim sejam meros fornecedores da força de trabalho, o que torna-se funcional a manutenção e expansão do sistema.

Para Saviani (2008), a educação sob a estratégia capitalista passa a ser apreendida como:

[...] um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo (SAVIANI, 2008, p. 430).

Acerca das notas apresentadas pelo autor, evidencia-se que sob a égide do grande capital, a educação é tida como um investimento capacitatório e não emancipador, e mesmo sob este viés não se têm uma perspectiva concreta de engendrar-se nas funcionalidades empregatícias do sistema, pois como exposto acima, não são todos que terão se quer a oportunidade de crescer mediante este cenário capitalista.

Em meio a este panorama, têm-se no contexto escolar um cenário que apresenta diversas demandas que são reflexos de uma sociedade capitalista, que é marcada pela desigualdade social. Deste modo, evidencia-se a escola como ambiente que abarca diferentes configurações da questão social, como: desemprego, trabalho infante-juvenil, famílias com baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, pais negligentes, violência doméstica, pobreza, exclusão social, etc. Essas são algumas das várias expressões da questão social neste âmbito e que ao longo dos anos, vão modificando-se e intensificando-se, bem como emergindo outras.

O cotidiano do ambiente escolar é permeado por situações complexas e diversificadas, configurando-se em um espaço heterogêneo, de seres, culturas, gêneros e etnias. Essa diversidade apresenta-se como o contexto social que circunda o meio escolar. Acerca deste Racoski (2019) destaca: “As expressões da questão social estão na comunidade, no bairro, na família e nas relações sociais que são levadas para dentro da escola, uma vez que os sujeitos não se distanciam do que vivem no momento em que mudam de espaços de convivência.” (RACOSKI, 2019, p.16) (Grifos da autora).

Por meio desta, compreende-se que a realidade social dos alunos, de suas famílias e de sua situação econômica, confluem em fatores que são expressados no cotidiano da vivência escolar, nesse sentido entende-se que estes são indissociáveis, uma vez que, um integra a realidade do outro e ambos possuem os mesmo sujeitos no envolver do processo.

A escola manifesta em seu meio as vivências das relações sociais dos envolvidos no processo.

A sociedade contemporânea, de um modo geral, sofre com os diversos desdobramentos de um sistema desigual e excludente que produz seus maiores reflexos nas camadas mais empobrecidas da população. Nesse sentido, o cotidiano escolar absorve de forma significativa as diversas expressões da questão social que afetam os alunos. (SILVA, 2012, p.173).

Os apontamentos do autor, enfatizam que mais uma vez as relações, experiências e realidade social sofrem modificações devido ao sistema capitalista e ressalta que os mais acometidos pelo mesmo são os que vivenciam a margem do sistema, e que o cotidiano escolar se torna palco dos rebatimentos de um sistema que reforça a desigualdade. Nesse sentido as famílias mais empobrecidas, têm acesso a um baixo no nível de escolaridade e déficit na instrução, o que confere em menos oportunidades no mercado de trabalho, e conseqüentemente estagnação social. O que concerne em uma estratégia estabelecida pelo capital para manutenção da ordem societária.

A educação e a área social possuem íntima conexão e por isso este cenário conflui em um espaço onde é muito afetado pelo ideário capitalista, e por isso promulga múltiplas expressões da questão social. Cabe destacar que, mesmo em meio a esse cenário as determinações históricas de cada sujeito faz com que nesta relação tenha-se particularidades, pois compreende-se nesse processo a subjetividade do sujeito e a dinâmica da sua realidade social.

Esses processos influenciam diretamente na funcionalidade e organização da escola, pois o aluno, bem como o corpo docente, trazem em suas mochilas uma série de expressões advindas de seu meio social, sejam agravantes pessoais ou algo do seu meio comunitário e esses processos rebatem na dinâmica escolar que confluem na sistematização da estrutura educacional.

Cita-se a exemplo, casos de infrequência escolar, onde nesse cenário podem ocorrer diversas situações pontuais como: conflitos entre alunos, entre discentes e docentes, casos de violência doméstica ou trabalho infanto-juvenil. São alguns exemplos que circundam um único caso, mas que essas ocorrências perpassam pelo espaço escolar e conseqüentemente em sua estrutura, pois configura-se como um empecilho para a efetivação de um direito constitucional, à medida em que o aluno não está frequentando de forma assídua o ambiente escolar e exercendo a sua cidadania.

Neste caso supositivo, têm-se como fator necessário a busca pelo entendimento da realidade social do sujeito abarcando suas particularidades, pois a partir do momento em que nota-se a frequente ausência do educando no ambiente escolar, deve-se buscar compreender os fatores que o levaram a se esvair deste espaço, e muitas das condicionalidades estão relacionadas a vivências do aluno enquanto ser social.

No entanto algumas expressões nem sempre se revelam de forma escancarada, ou seja, a realidade social não é manifestada de forma imediata, o que torna-se necessário adentrar na realidade dos sujeitos e desvelá-la, assim compreendendo os sujeitos e seus fenômenos. E este

papel cabe ao exercício profissional de Serviço Social. Visto que têm como objeto de estudo as expressões da Questão Social e que adentra na realidade social, buscando conhecê-la e assim intervir neste meio.

CAPÍTULO III - AS CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A REALIDADE DO CONTEXTO ESCOLAR: UMA INSERÇÃO NECESSÁRIA

“O povo quer educação de qualidade; e professores um exemplo de verdade; o povo quer educação de qualidade, pra acabar com essa desigualdade.”

(Cronic Band)

Neste capítulo, para albergar melhor a inserção do Serviço Social nas escolas, desvela-se como o/a assistente social atua na área educacional e como este, é capaz de contribuir através de seu exercício profissional nas relações vigentes e na realidade do contexto escolar. Por isso, aborda-se as dificuldades apresentadas no meio educacional como fator de efetividade deste direito e como o profissional de Serviço Social pode atuar em um meio que se repercute as desigualdades advindas do capitalismo – questão social.

Deste modo, versa-se as questões que manifestam-se neste meio e como estes tornam-se demandas e evidenciam uma necessidade da inserção dos profissionais de Serviço Social e como estes atrelando o seu fazer profissional com o projeto ético-político da profissão, visa desenvolver uma ação de caráter emancipatório através de uma intervenção qualificada.

3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente estudo foi constituído com a proposição de debater a temática: A inserção do Assistente Social na educação: A atuação profissional no contexto escolar. Deste modo, essa pesquisa teve como problema central apresentar apontamentos e discussões sobre: quais as contribuições da atuação profissional do Assistente Social nas escolas?

Com o intuito de obter melhores resultados e compreender a complexidade e dinâmica deste estudo, a pesquisa foi realizada adotando metodologias e métodos que dizem respeito aos procedimentos e técnicas utilizados para escolha da abordagem apropriada para realização deste estudo. De acordo com Minayo (2007) metodologia pode ser definida da seguinte maneira:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as

buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas. (MINAYO, 2007, p. 44)

Deste modo, configurou-se uma linha de pensamento relacionada com o objetivado para pesquisa, adotando métodos e técnicas que propusessem os questionamentos necessários afim de obtenção de melhores resultados, com o intuito de albergar um estudo com propriedade teórica.

Esta pesquisa trata-se de uma metodologia realizada de forma qualitativa, pois, através desta foi possível uma abordagem que propusera maior interpretativa da realidade social sobre os sujeitos inseridos no meio educacional, a partir de documentos e textos.

Cabe aqui salientar, que segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa aflige o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Ou seja, busca-se apreender os aspectos da realidade afim de compreender e explicar a dinâmica social.

É partindo deste pressuposto que pretendeu-se alcançar os objetivos a que se prepusera nessa pesquisa. Tendo como centralidade de estudo, discutir a relevância da inserção do assistente social no contexto educacional. E com o intuito de atender a este objetivo geral, fora elencado três objetivos específicos: 1: conhecer o contexto em que se debruça a história da educação no Brasil; 2: compreender como o contexto escolar em meio a uma sua sociedade capitalista torna-se alvo de múltiplas expressões da Questão Social e 3: pontuar as contribuições da atuação do Assistente Social no contexto escolar.

E como elemento contributivo para construção deste estudo foi-se utilizado o método de pesquisa bibliográfica que segundo Amaral (2007):

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. (AMARAL, 2007, p. 1)

Complementa-se a este, as contribuições de Boccato (2006), no qual o mesmo ressalta que a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Em conformidade com os autores, compreende-se que este tipo de pesquisa proporciona ao pesquisador, subsídios para uma abrangência de conhecimento e fundamentação necessária

sobre o pesquisado, bem como, especificar de forma concreta a partir das contribuições de autores o objeto de estudo ao qual o pesquisador se propõe.

Deste modo, os empregos dos materiais bibliográficos foram derivados somente de fontes secundárias, a partir de informações obtidas por livros, artigos e revistas, sejam estes de modo impresso ou virtual, todos estes advindos de estudos e previamente selecionados mediante tema e autores, relacionados com a temática a que se propõe este trabalho.

E para que houvesse uma maior aproximação conceitual acerca do marco teórico estabelecido como objeto de pesquisa, classificou-se esta pesquisa como de ordem descritiva. Acerca deste, Antônio Carlo Gil afirma que “as pesquisas deste tipo tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos.” (GIL, 2008, p.28). Corrobora-se com a afirmativa do autor pois, este meio de pesquisa proporciona ao pesquisador uma maior proximidade com o objeto de estudo, visando torná-lo mais explícito quanto aos resultados deste, a partir da descrição das características dos materiais coletados.

Diante disso, ressalta-se que, não foram compostos neste estudo, materiais bibliográficos e de caráter descritivo que não se assemelham ao tema em foco, e que não compreendam a atuação do Assistente Social na área educacional como sendo necessária, importante e eficaz, mediante aos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Entendendo o ambiente escolar como alvo de múltiplas expressões da Questão Social e da indagação pessoal: “por que tanto tempo para a legitimação deste espaço como ambiente de trabalho para o Assistente Social, visto que se têm a manifestação de diversas expressões da Questão Social?”; o ambiente escolar é um campo fértil para a formulação do caráter cidadão e crítico do sujeito, e neste âmbito têm-se rebatimentos das vivências dos sujeitos neste processo, o que repercute em sua dinâmica escolar e em um ensino promissor, deste modo, ter no ambiente escolar um profissional apto para atuar neste espaço, auxilia na formação da pedagogia social e na efetivação do direito a educação, afim de amenizar as expressões da questão social. É seguindo este questionamento que a temática foi escolhida para ser desenvolvida e conseqüentemente foi alvo deste estudo.

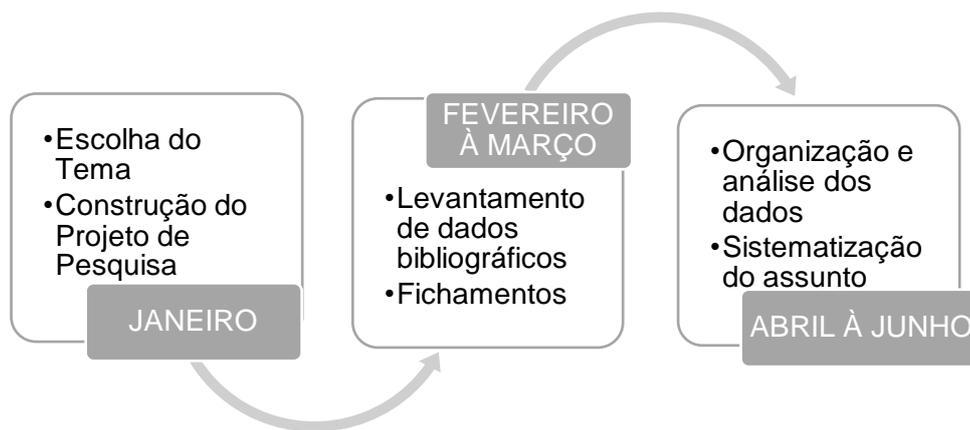
Destarte, elenca-se que as vivências experienciadas no campo de estágio com escolas da rede pública de ensino com enfoque ao público juvenil, através de intervenções que propuseram debates com temáticas atuais e que circundam a existência coletiva, foram momentos que proporcionaram a evidência na forma prática a importância da atuação profissional do Assistente Social neste espaço.

A ênfase social trata-se da atuação da profissional frente as relações sociais e institucionais o que possibilita pensar que a escola possa ser um espaço de diálogo, democrático

e emancipatório, com o intuito de propiciar a melhoria na qualidade educacional e dos sujeitos envolvidos.

Seguindo esta natureza de pesquisa é que fora preconizado o estudo, este teve duração de seis meses, iniciando com o Projeto de pesquisa no mês de Janeiro de 2021; a coleta de dados bibliográficos aconteceu de Fevereiro a Março. A sistematização dos dados, bem como a análise, correram entre os meses de Abril à Junho.

Figura I: Cronologia e sistematização da pesquisa



Fonte: Primária (2021)

Ressalta-se que em meio a coleta de dados a maioria dos universos de materiais analisados foram os conteúdos disponibilizados por meio da internet, isto é, de forma online, através de endereços eletrônicos (livros, sites, artigos) no Portal da CAPS e o periódicos da SCIELO, estes foram analisados adotando os pressupostos citados acima, de acordo com o contexto geral da atuação do Assistente Social nas escolas, assim como, apresenta-se as contribuições, demandas e desafios que foram discutidos acerca do tema, com o intuito de atender as requisições deste estudo.

Assim sendo, fora necessário levantar hipóteses como: entender em que panorama, a história da educação desenvolve-se no contexto brasileiro?; quais as causas que inferiram a necessidade da inserção do assistente social nas escolas?; por que tanto tempo para legitimar este profissional no âmbito educacional, visto que este é um espaço onde têm-se a manifestação de múltiplas expressões da Questão Social?; como o assistente social pode atuar frente as expressões da questão social no meio escolar?; quais as contribuições da atuação do assistente social no âmbito escolar?. Estes elementos se fizeram fundamentais nesse momento, porque nos proporcionam, o conhecimento devidamente aprofundado sobre o tema.

Por fim, o objetivo deste foca-se na inserção e atuação do profissional de Serviço Social neste espaço sócio ocupacional, mesmo que este apresente-se como sendo um trabalho desafiador, mas que contribui com sua intervenção qualificada o que propicia uma melhoria de qualidade de vida dos sujeitos envolvidos no contexto escolar, principalmente, aos alunos e suas respectivas famílias.

3.2 SISTEMA DESIGUAL, RELAÇÕES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS E A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A lógica do modo de produção capitalista empreende a existência de diversos subsídios que sob a égide do acúmulo e do lucro faz com que este imponha elementos que o legitimem e que funcionem de modo a atender os seus interesses. Acerca deste viés observa-se que ao emergir do sistema capitalista, têm-se o acirramento de um cenário paupérrimo.

De acordo com Netto, observa-se que com essa mudança no modo produtivo, tinha-se um panorama:

Se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antigüíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. (NETTO, 2001, p.42).

Com as contribuições do autor, compreende-se que no processo de emersão e de expansionismo do capitalismo, têm-se o alargamento da pauperização e de múltiplas expressões da questão social, visto que este é um sistema de caráter antagônico entre as classes, uma vez que apresentam interesses divergentes. É nessa relação desencadeada pelo meio produtivo que manifesta-se as desigualdades sociais.

Nessa relação capital x trabalho apresenta-se diversas contradições inerentes a este, e que neste meio têm-se expressões indissociáveis nesse processo no qual as políticas sociais são afetadas diretamente, desde a sua formulação, implementação e até no processo executivo. Falar nesta relação na sociedade atual é de fato expor a desigualdade evidenciada no cenário brasileiro, visto principalmente diante a política neoliberal.

Falar em neoliberalismo, pressupõe a ausência por parte do Estado em determinadas políticas, ou seja, considera-se o Estado como mínimo para o sentido social, bem como no que refere-se aos enfrentamentos ocasionados por este, desigualdades sociais, por meio deste, o

Professor Boneti¹² (2015) elucida que o ideário neoliberal coliga-se a premissa das liberdades individuais à diminuição da papel do Estado, quanto aos seus deveres e funções.

Isto é, conforme Boneti, esta política neoliberal possibilita ao Estado uma certa ausência, que mediante este, acomete ao ser social uma busca de forma individual pela garantia de seus direitos, mesmo com uma realidade de regressão dos direitos sociais já conquistados. O Estado se omite, o que conflui para um acirramento das expressões da questão social e embarramento ao acesso as políticas sociais.

No que concerne a desigualdade e a ausência de políticas direcionadas para o enfrentamento desta, a Assistente Social Andreia Santos de Lima em sua tese de conclusão de curso, explana que: “A miséria intensifica-se e não há políticas voltadas ao seu enfrentamento. A pobreza e as desigualdades sociais são consequências da má distribuição de renda pelo Estado e mesmo quando cresce a economia estatal, as desigualdades sociais continuam quase que na mesma.” (LIMA, 2020, p.32)

Esses apontamentos explanados por Lima, nos incide a falta de interesse por parte do Estado, no trato dessas mazelas sociais, pois como a mesma evidência, a economia em tendência crescente, imaginasse que o Estado teria subsídios suficientes quanto ao enfrentamento de tais questões, mas não trata-se de uma prioridade para o mesmo. Por isso, destaca-se mais uma vez, o estado é máximo para o mercado, e mínimo com o social.

O escritor Paulo Freire (1987), em sua obra “A Pedagogia do Oprimido” apresenta argumentos contributivos que complementam a alegação da autora anterior, onde este dispõe que, a educação possui confluência direta com o modo organizacional da sociedade, suas relações, modo produtivo, e por isso, têm-se a necessidade de uma busca constante pela liberdade, justiça e equidade social, uma verdadeira luta do oprimido contra as ausências do Estado e das imposições do capital neste espaço.

Deste modo, apreende-se que é através da relação imposta pelo sistema capitalista que as demais são expressas, como nas relações sociais e institucionais. Entendendo a escola como um espaço institucional e que manifesta-se distintas vivências do cotidiano familiar e comunitário (social), e que estas relações afetam a dinâmica escolar, o processo de ensino e a socialização, é que versa-se os rebatimentos do sistema capitalista e a necessidade de uma intervenção de cunho social neste espaço. “A escola é, em certo sentido, uma espécie de caixa

¹² Lindomar Wessler Boneti é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Atualmente é Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação, Migração e Direitos Humanos na PUCPR. Possui Pós-Doutorado no Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Fribourg – Suíça. Doutorado (PhD) pela Université Laval – Québec – Canadá.

de ressonâncias das turbulências que ocorrem nos diferentes meios sociais de onde procedem seus integrantes, o que leva a afetar sua vida na escola, interferindo no relacionamento com colegas e professores.” (PACIEVITCH; GIRELLI; EYNG, 2009, p. 7070).

Tendo por base as contribuições das autoras, considera-se essa realidade vivenciadas foras dos muros escolares, como elemento considerável para as relações intramuros escolares, pois os participantes deste processo trazem em suas bagagens essas experiências. Deste modo, afirma-se as confluências do sistema capitalista no âmbito escolar, evidenciando a necessidade de uma intervenção profissional apta a atuar mediante essas turbulências, conforme definido pelas autoras.

Mediante isto, confere-se a importância de um processo de ensino-aprendizagem, que compreenda os elementos sociais que perpassam única e exclusivamente o apreender do conteúdo didático, pois a área social influi diretamente na dinâmica educacional. Por intermédio deste, evidencia-se a importância do Assistente Social neste espaço.

Para compreender melhor o processo de inserção do assistente social nas escolas, parte-se do pressuposto em concordância com o pensamento de Paulo Freire onde este diz que a escola não é unicamente um recinto do aprender e ensinar, mais é também um lugar de formação e socialização (FREIRE, 1996). Acrescenta-se as contribuições do autor, a perspectiva de, a medida em que manifesta-se as expressões da questão social no âmbito escolar, este torna-se um espaço legítimo para o exercício das atribuições do Assistente Social enquanto profissional, visto que este é objeto de estudo do Serviço Social.

Acerca deste, destaca-se uma citação que consta no documento da reforma curricular da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do ano de 1996:

O Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, está vinculado às configurações estruturais e conjunturais da “questão social” e às formas históricas de seu enfrentamento (...). A formação profissional tem na questão social sua base de fundação sócio histórica, o que lhe confere um estatuto de elemento central e constitutivo da relação entre a profissão e a realidade social. (ABEPSS, 1996, p.154).

Através desta contribuição, evidencia-se com maior fervor a necessidade da inserção da profissão de Serviço Social dentro do espaço escolar, como possibilidade de intervenção para o profissional, visto que este é uma profissão especializada e que o objeto de base para o exercício da categoria é a questão social. E como já ressaltado, porém, nunca é demais: a escola é um espaço que permeia a historicidade do sujeito, por isso, torna-se alvo de múltiplas expressões da questão social.

Acerca deste espaço e das expressões da questão social, o autor Santos indica que: “O enfrentamento destas demandas evidencia a inserção do profissional de Serviço Social, com o objetivo de cooperar para a resolução destas e de outras problemáticas que desafiam a escola, a família e a sociedade como um todo” (SANTOS, 2012, p. 128).

Nesse sentido, o ambiente escolar torna-se um espaço onde têm-se a necessidade de um profissional apto para atuar de forma crítica, com vistas ao enfrentamento da questão social, e por isso o Assistente Social configura-se como o profissional que possui uma visão distinta dos demais profissionais. Desta forma, mostrar-se como um profissional de prática inovadora, que conflui para a construção de um espaço com mais equidade social, que atua nas mazelas que afligem o espaço escolar, por isso, compreende-se que o Assistente Social possui competências e técnicas que articulados com um trabalho multiprofissional busca-se a efetivação de direitos sociais.

Como forma de legitimação deste profissional no ambiente escolar, em 2007, a Câmara dos Deputados apresentaram um Projeto de Lei PLC 60/07, que dispõe sobre a prestação de serviços do Serviço Social e da Psicologia nas escolas de educação básica, e no ano de 2009 o Conjunto CFESS/CRESS manifesta apoio a PL e solicita aprovação do referido projeto de lei. Este documento evidenciava a estima importância destes profissionais na composição da equipe educacional.

Somente dez anos depois, no ano de 2019, é que foi promulgada a Lei 13.935 que legitima a atuação profissional de Assistentes Sociais e Psicólogos na educação básica. Este é considerado um verdadeiro avanço, visto que atualmente têm-se uma política de retrocessos e de constantes desmontes nas políticas sociais. Destaca-se: “Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.” (BRASIL, 2019, p. 01)

Neste artigo supracitado, ratifica-se de fato a lei que garante a legitimação desses profissionais na educação básica. Ressalta-se que este, foi um dos pontos fundantes desta pesquisa, pois diante da atual conjuntura evidencia-se com maior fervor a necessidade deste profissional no âmbito escolar. A promulgação desta lei, comprova a importância da atuação profissional do Serviço Social mediante ao enfrentamento das questões sociais neste espaço educacional e de socialização.

Destarte, mesmo diante da promulgação da lei, ainda têm-se muito a progredir, pois a lei está perto de completar dois anos desde a sua ratificação (11 de dezembro de 2019) e muitos municípios ainda não realizaram concursos ou seleções que legitimem esses profissionais nesse

espaço. Ressalva-se que a legislação é fruto de uma conjuntura histórica, ou seja, esta é produto de um contexto social anterior, e com esta não foi diferente, foi derivada de muitos estudos, debates e construções para que houve-se a sua regulamentação, e como tal deve haver requisições para que haja a sua implementação.

No Website Primeira Notícia, no mês de abril do ano de 2021 foi publicada a matéria intitulada de: Os Assistentes Sociais e Psicólogos se mobilizam para que a Lei 13935/2019 seja implementada no estado, matéria traz como conteúdo:

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/MS) e o Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso do Sul (CRP/MS) promoveram mobilizações a favor da implementação da Lei Federal nº 13.935 que prevê os serviços de psicologia e de assistencial social nas redes públicas de educação básica. A Lei, promulgada em 2019, tinha prazo de um ano para ser implementada nos sistemas de ensino. (PRIMEIRA NOTÍCIA, 2019, s/p)

Cabe ressaltar que, essa discussão para legitimação e implementação do Serviço Social nas escolas não é recente, há muitos anos a categoria profissional vem se mobilizando para que este seja efetivado e que mesmo a partir do ato de concretude da sanção da lei, os esforços não cessam, pois ainda há muito para ser conquistado e legitimado. Lei promulgada, forma de se fazer justiça e fomentar a equidade social.

É possível visualizar nesse contexto a necessidade da inserção do Serviço Social nas escolas, pois como já explanado, a comunidade escolar é escopo de múltiplas expressões da questão social, e o/a assistente social inserido neste espaço incide como agente contributivo de forma significativa a partir de suas competências ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas. Destarte, as questões evidenciadas nesse contexto perpassam a dimensão pedagógica, sendo necessário a intervenção social, pois as demandas transcendem as paredes acadêmicas.

3.3 SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO EFETIVA

Nos capítulos anteriores elencou-se o contexto da realidade escolar, este por sua vez, torna-se alvo dos rebatimentos dos ideais capitalistas e, nesse cenário, deve-se compreender as relações sociais dos sujeitos no envolver do processo e, a intervenção profissional do/a assistente social ganhando enfoque, tendo por base uma intervenção qualificada e de caráter contributivo, a partir das suas atribuições.

Como explanado anteriormente a educação trata-se de um direito social garantido por lei a partir da CF88 e regulamentado na LDB de 1996, é que se observa a real necessidade do assistente social na educação, como um dos profissionais “chave” para a efetivação deste, bem como, um elemento que corrobora para o desenvolvimento social.

Para a concretude deste, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS publicou uma brochura intitulada de “Subsídios para a atuação do Assistente Social na Política de Educação” e este possibilita ao profissional uma ação direcionada e articulada com a teoria.

A articulação de um conjunto de referências teóricas que subsidiem a atuação profissional na Política de Educação, contribuindo para desvelar suas particularidades a partir de uma concepção de educação que esteja sintonizada ao projeto ético-político do serviço social e que, por isso, não pode ser tomada de forma abstrata, vazia de significado político e desvinculada da perspectiva da classe trabalhadora. (CFESS, 2012, p.23)

A partir desses apontamentos, compreende-se o quão é importante uma atuação profissional em consonância com o projeto ético-político profissional, bem como a articulação teoria-prática para desempenho na educação, e principalmente quando trata-se de uma educação vinculada com o social, compreendendo o sujeito como ser social e de direito, sendo este fator de concretude entre as relações coexistentes no processo.

Atuar em um cenário de extensas contradições e que conflui conflitos de interesses, é uma tarefa árdua, por isso, torna-se uma atividade constante. Quanto as práticas educacionais essas devem ser mutáveis com vistas as particularidades dos sujeitos, com o intuito de trabalhar ações construtivas que possam tornar e/ou transformar a realidade social com uma perspectiva emancipatória.

Posto isso, destaca-se alguns elementos elencados pelo CFESS (2012) que evidenciam a importância do Serviço Social no ambiente escolar, necessidade de articulação da educação com a educação; prestação de auxílio no processo de formação humana, social e política; envolver a família, alunos, comunidade e profissionais; desenvolver ações que visem a permanência do educando na rede escolar; elaboração de projetos que estimulem o acesso a direitos social e a inclusão social.

Estas são apenas algumas das formas apontadas na Brochura, que nos induz a de fato comprovar que este profissional tem muito a contribuir neste espaço de construção, sendo este apto a trabalhar com a prevenção das mazelas sociais; diagnosticar casos complexos e corresponder a estas, sempre compreendendo a realidade social do sujeito e das suas relações.

É relevante destacar que:

O assistente social inserido nesse contexto educacional pode contribuir para a efetivação da democratização da educação em vários sentidos, ou seja, desde a luta pela ampliação do acesso da população à escola pública; a participação de toda a comunidade escolar nas instâncias de poder decisório existentes no âmbito da escola, até na relação da escola com a família, a comunidade e a sociedade. (MARTINS, 2012, p. 225)

Por intermédio desta, é inegável visualizar que a presença do assistente social configura-se em uma porta de entrada para a sociedade no meio educacional, bem como, esse processo de aproximação e inserção conflui no exercício de planejamentos de ações que resultem em uma permanente participação.

Ainda em conformidade com as contribuições da autora, torna-se notório que a escola deve ser um espaço democrático e de ampla socialização, pois é nesse processo de democratização que os sujeitos tem a possibilidade de exercer participações em processos decisórios, com o intuito de praticarem e construir uma concepção de cidadania participativa, bem como, realizarem a mobilização de chamamento das instâncias que compreendem o meio educacional (escola, família e sociedade).

É primordial compreender que o assistente social não trabalha de forma individual, para que se tenha uma intervenção mais efetiva nesse espaço é preciso que haja uma interação entre a equipe multiprofissional (assistente social, psicólogos, pedagogos, coordenadores...), com a família, com os educandos e com a comunidade, buscando minimizar as instabilidades que se encontram no recinto escolar.

Novamente de acordo com Martins, acrescenta-se que:

O assistente social na Educação poderá atuar com todos os membros da comunidade escolar, tendo a possibilidade de mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade. Esta atividade propicia a politização em torno de diversos temas que perpassam o ambiente escolar e social (MARTINS, 2012, p. 46).

É necessário que o meio escolar seja capaz de proporcionar fomentos para que o educando contemple diversas experiências que estimulem a participação, com o intuito de trazer a família para o meio escolar, como constituinte do processo ensino-aprendizagem, bem como deve propor ações que seja capaz de realizar um Inter link com a sociedade.

As relações sociais e institucionais, se fazem importantes no meio educacional, uma vez que as ações de ambas repercutem na vida dos participantes do processo. Esse diálogo é de suma relevância para melhoria no desempenho educacional do educando, para a construção de

um processo emancipatório do sujeito, bem como da transformação da sua vida e da qualidade de vida.

Ressalta-se que todas essas ações realizadas pelo assistente social estão em consonância com o Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), visando a universalidade, integralidade, equidade, liberdade, emancipação e à participação social. Acerca deste, José Paulo Netto traz algumas contribuições:

Liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. O projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p.105)

Complementa-se as contribuições do autor que esse código de ética luta pela defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos; posiciona-se a favor da equidade e da justiça social; dispõe-se para a ampliação e consolidação da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras e luta pela efetividade da democracia.

É importante salientar que esse projeto ético-político (PEP) na perspectiva da profissão tem um olhar que visa apreender a totalidade, especificando as particularidades, e que na área educacional resultasse como profissional viabilizador de direitos, pois as ações profissionais são direcionadas para a acessibilidade seja para o acesso à educação ou a algum outro direito garantido por lei. Desta forma, o profissional sendo coerente com o seu PEP, deve assumir um posicionamento de caráter transformador, contribuindo para a materialização da democratização da educação.

Nesse sentido, é válido enfatizar que este exercício no âmbito escolar para a profissão de serviço social trata-se de uma atuação desafiadora, pois, “a instituição da escola no Brasil é marcado, desde suas origens, pela desigualdade, que também historicamente se visualiza no país.” (COTRIM e PARISI, 1982, p.260 apud ENGLER e FREITAS, 2015, p. 9). Tendo compreendido este, é evidente a necessidade de fortalecimento desta temática, visto que, no meio escolar, têm-se vivências, realidades sociais e determinantes sociais distintos entre o processo.

Ao Assistente Social, cabe o papel sócio pedagógico, aquele que compreende muito além do “A, B, C, ...” ou do “1+1=2”; a este cabe a função articuladora das relações sociais que historicamente e culturalmente constrói-se e reconstrói enquanto sujeitos sociais. Por isso,

destaca-se que o desempenho deste profissional junto a equipe multiprofissional é de suma importância para uma formação emancipatória, social e crítica.

O direcionamento da profissão como um todo, enfoca-se da dimensão educativa, visando uma transformação social, e na área educacional não é divergente. Como exposto acima, o exercício no meio educacional é uma tarefa desafiadora e árdua, porém não é impossível, visto que a profissão é qualificada para inserir-se neste espaço e tem muito a contribuir através de instrumentos, técnicas e apreensão da realidade social de forma crítica, as quais é possível identificar necessidades, demandas e potencialidades da comunidade escolar.

A escola é um espaço socializador, formador, construtor e transformador, e por isso deve-se garantir que o acesso a esta seja igualitário, ou seja, para que todas as camadas sociais possam ter entrada neste espaço, bem como a permanência, pois é através de um ensino com práticas sócio educativas que é possível vislumbrar uma formação social e crítica dos sujeitos, com possibilidade de ascensão social, ou até mesmo transformação societária coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, explana o processo educacional no Brasil compreendendo o processo de inserção do Serviço Social neste âmbito, albergando as contribuições da profissão que atrelado aos compromissos éticos e políticos, compreende os elementos sociais que perpassam o processo ensino-aprendizagem, abrangendo toda a comunidade escolar (educandos, famílias, profissionais e sociedade).

No cotidiano do contexto escolar, são apresentadas diversas demandas que por várias vezes esquivam-se das práticas tradicionais, da didática educacional, posto que, os inseridos neste processo são sujeitos de vivências e relações distintas, que muitas vezes transcendem as suas relações sociais e familiares e rebatem na área escolar.

Nessa perspectiva, fora considerado o panorama em que debruçasse a história da educação no Brasil, como sendo elementar para o processo de compreensão acerca das causas que inferiram a necessidade da inserção do assistente social nas escolas, bem como apreender o por que mesmo o ambiente social sendo escopo de múltiplas expressões da questão social e este sendo objeto de estudo da categoria profissional passou tanto tempo mesmo diante de anos de articulações para ser legitimado neste espaço, e aferir quais os subsídios da atuação do assistente social no âmbito escolar.

Frente à essas hipóteses, elencamos como objetivo geral: discutir a relevância da inserção do Assistente Social no contexto escolar, a partir de três objetivos específicos, tendo

como premissa, conhecer o contexto em que se debruça a história da educação no Brasil, iniciando-se a conjuntura com o período de colonização do Brasil, por parte da coroa portuguesa e debruçando-se para o processo sistêmico da política. Fora possível conceber que o processo que atualmente observa-se, são reflexos de uma conjuntura permeada por conflitos de interesses, visto que a escola é um espaço de construção e por isso evidencia-se disputas de poder.

Em subsequência direcionou-se a compreender como o contexto escolar em meio a uma sociedade capitalista torna-se alvo de múltiplas expressões da questão social. Acerca deste é admissível concernir que por tratar-se de um sistema com bases corrosivas, este adentra em toda e qualquer instância com o intuito de atender as suas prerrogativas, bem como, a instituição escolar por estar inserida na realidade social e por abranger sujeitos sociais e suas vivências que repercutem no seio escolar.

Em tempo, analisou-se as contribuições da atuação do Assistente Social no contexto escolar, entendendo que esse profissional tem sua ação direcionada para as expressões da questão social que são originárias do sistema capitalista e das relações sociais, e que esse profissional direcionasse para uma atuação que possibilite uma articulação entre os membros da comunidade escolar, vislumbrando a efetivação de direitos sociais e defesa da emancipação social e humana dos sujeitos.

Com base no estudo, destaca-se que foi principalmente um artifício de descobertas, desafios e construção pessoal, pois o contato com a história marcada com as divergências sociais, configura-se como um processo que deve-se transcender os meios educacionais tradicionais, sendo evidente pensar em um método social pedagógico que aproxime a instituição escolar com a sociedade, bem como, compreenda as relações entre as mesmas.

Apreendendo que a realidade é um processo dinâmico e que esta é determinante das relações sociais e institucionais e que afirma a necessidade de um projeto de ensino que comungue com esses determinantes, posto isso, o assistente social atrelado aos preceitos defendidos (CEP e PEP) por sua categoria profissional, proporciona ao meio educacional uma visão sensível e crítica da realidade ao qual os sujeitos estão inserido, contribuindo para um sistema educacional que vise a equidade social, o fomento a uma educação acolhedora e permanente, e que potencialize a perspectiva transformadora da educação e da democracia social.

O Assistente Social é o profissional apto a atuar nas expressões da questão social, entendendo o indivíduo como ser social, e atuando como agente mediador das relações e com o objetivo de garantir que a escola seja um espaço de acesso para todas as classes sociais, seja

um meio de exercício de diálogo, democracia e emancipação, com o intuito de atingir sua efetividade e alcance o seu objetivo de propiciar a melhoria na qualidade educacional e no contexto em que circunda as relações dos sujeitos. Tendo estes como preceitos, é capaz de vislumbrar uma educação de excelência, permanência e de êxito.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. Serviço Social & Sociedade, XVII (50):143-171. São Paulo, Cortez, abr. 1996

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

ARANHA, M. L. A. Brasil no Século XX: o desafio da educação. In: _____-História da Educação. 2ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA. **A-Filosofia-da-educacao**. Disponível em:
<https://docs.google.com/file/d/0B8jeXMvFHiD-b2NITWx1MIJpeEE/edit?resourcekey=0-3uZUQsvCVCIOmtG1b4C__w>. Acesso em: 25 jun. 2021.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. 4. ed. Brasília: UnB, 1964.

BASTOS, Juliana Curzi. **Trajetória de egressos do ensino médio público do município de Juiz de Fora: a questão da escolha profissional**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2005.

BASTOS, Manoel de Jesus. **Organização do Sistema Educacional Brasileiro**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pg 277-286, Julho de 2005. ISSN:2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/organizacao-sistema-educacional>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/organizacao-sistema-educacional

BELLO, Luiz de Paiva. **História da Educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/>. Acesso em julho de 2021.

BIANCHETT, R. G. **O modelo neoliberal e as políticas educacionais**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BONETI, L. W. A cidadania outorgada: políticas educacionais e de acesso aos bens e saberes socialmente construídos no contexto do ideário neoliberal. In: _____, ALMEIDA, M. L. P.;

PACIEVITCH, T. Políticas Educacionais e docência na contemporaneidade: uma análise para além do espaço pedagógico. 1 ed. Curitiba, PR: CRM, 2015.

BOURDIEU, Pierre. , “**Présentation**”. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1: 2-3, jan. -A sociologia da educação de Bourdieu na revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 1975.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 26 jun. 2021.

CAMPOS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília**, 2011.

CFESS (**Conselho Federal de Serviço Social**). Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cynthia Greive, (org). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Tais Pereira de; ENGLER, Helen Barbosa Raiz – 2015 Cortez Editora Ltda - SP
Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.012>> acesso em: 12 de junho

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA. A.D.S. **Serviço social na política de educação: as contribuições do Assistente Social para além dos muros escolares**. Acervo da UNILEÃO. Juazeiro do Norte-CE, 2020.

MANACORDA. **História da educação**. Disponível em:
<<https://balgidoquiage.wordpress.com/2013/12/01/historia-da-educacao-manacorda-resumo/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MARX. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **A educação brasileira antes de 1964 - Memórias da ditadura.** Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/antes-do-golpe-2/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NETTO, J.P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.
País Estagnado - Oxfam Brasil. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

PASTORINI, A categoria “questão social” em debate. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007

RACOSKI. **As expressões da questão social apresentadas na infrequência escolar.** [s.l.] , 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3644/1/RACOSKI.pdf>>. Ref.: AMARAL, J. J. F. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscano/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>> Acesso em: 27 de maio de 2021

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, n. 4, p. 15–30, jul. 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, N. S. dos. Serviço Social e educação: contribuições do assistente social na escola. **Vivências, Erechim**, v. 8, n. 15, p. 124-134, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia historicocrítica: primeiras aproximações.** 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005.

SAVIANI, D. **História da história da educação no brasil: um balanço prévio e necessário.** [s.l.] , [s.d.]. Disponível em: <<https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/saviani-histc3b3ria-da-histc3b3ria-da-educac3a7c3a3o-no-brasil-um-balanc3a7o-prc3a9vio-e-necessc3a1rio.pdf>>.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 10 ed., Campinas, SP: Autores associados, 2008.

SENADO. **Senado aprova PEC do Fundeb, que será promulgada nesta quarta.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/25/pec-do-fundeb-permanente-e-aprovada-no-senado-por-unanimidade>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SINGER, Paul. **Aprender economia**. São Paulo: Brasiliense, 1983